

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

Débora Freitas Chavaré

MULHERES NA POLÍTICA:
Relações de Poder, Representação e Programas de Incentivo às Candidaturas no
Legislativo.

Porto Alegre

2019

Débora Freitas Chavaré

**MULHERES NA POLÍTICA:
Relações de Poder, Representação e Programas de Incentivo às Candidaturas no
Legislativo.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Administração, apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof.^a Dra. Julice Salvagni.

**Porto Alegre
2019**

Débora Freitas Chavaré

**MULHERES NA POLÍTICA:
Relações de Poder, Representação e Programas de Incentivo às Candidaturas no
Legislativo.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Administração, apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof.^a Dra. Julice Salvagni.

Conceito final: A
Aprovado em 09 de outubro de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Julice Salvagni
Orientadora
(UFRGS)

Prof.^a Dra. Maria Tereza Flores Pereira
(UFRGS)

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Sandra, mulher batalhadora que sempre lutou para que eu tivesse todas as oportunidades possíveis, que me ensinou a ser honesta, justa e me deu todo apoio e incentivo nas horas difíceis. Ao meu pai, Itamar, que me deu todo amor e carinho e me ensinou que a vida pode ser mais leve. Obrigada por tudo.

À minha vó, Yvonia, por ser um exemplo de mulher forte e determinada. O nosso carinho e amor é de outras vidas.

À minha tia, Maria, que sempre esteve presente em todos os momentos.

Agradeço também à toda minha família, pois jamais serei capaz de retribuir todo carinho, amor e incentivo que recebi de vocês.

Ao meu namorado, Marcelo, por ser o meu maior incentivador, por comprar uma caixa de energético, por ficar do meu lado enquanto eu estudava e por ser essa pessoa positiva.

À minha amiga, Amanda, por entender a minha ausência e pelos sábios conselhos.

Às minhas amigas, Júlia e Bruna, que apesar de toda a distância, nossa conexão é única.

À minha querida orientadora, Professora Julice que, com paciência e atenção, conseguiu corrigir os meus textos, por acreditar que a educação transforma o mundo e por ser uma excelente professora e profissional.

À todas as entrevistadas, por compartilharem suas experiências de vida comigo e por terem coragem de ocupar esses espaços.

Obrigada a todos que, mesmo não sendo citados aqui, com muito contribuíram para a conclusão desta etapa.

*“A receita cultural
do marido, da família
cuida, cuida da rotina
Só mesmo rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar
Que o homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar”
(Juliana Strassacapa)*

RESUMO

As mulheres, apesar de alguns avanços nos direitos civis, ainda são as maiores responsáveis pelo trabalho doméstico, têm remuneração inferior, se comparado aos homens, são sub-representadas no campo da política, dentre outros. As relações de poder, que são construções sociais, históricas e estruturais de uma sociedade constituída pela dominação do masculino, são asseguradas cotidianamente, por meio da violência simbólica. Nesse sentido, a representação da mulher na política é vista como uma possibilidade de atuação coletiva, em busca dos interesses das minorias. Tendo em vista as desigualdades estruturais de gênero que as afetam em diversos âmbitos de suas vidas, o objetivo deste trabalho é compreender de que forma as relações de poder perpassam a trajetória das mulheres na política. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual foram realizadas entrevistas em profundidade, com 5 (cinco) mulheres que foram eleitas através do voto. A trajetória das mulheres em partidos à direita é marcada pelo parentelismo, enquanto que, para as mulheres filiadas em partidos de esquerda, a entrada ocorre através da militância em coletivos e sindicatos. Foram analisadas as percepções das parlamentares sobre o campo da política e sua relação com os movimentos feministas. Os desafios perpassam pela conciliação entre a vida privada e os compromissos na política e os fatores econômicos. Foram identificados os aspectos que dificultam a inserção das mulheres na política: a discriminação de gênero que ocorre no âmbito da política, a hostilidade do ambiente, os mecanismos de dominação, a violência simbólica, a percepção da imagem pública e a influência da religião e conservadorismo. Ficou evidenciado que um dos fatores que dificulta é a dominação masculina dentro dos partidos, o que reflete no número de cadeiras ocupadas por mulheres no parlamento. As participantes reconhecem a baixa representatividade das mulheres e a importância da política de cotas e do fundo partidário. Percebe-se, ainda, diferenças na agenda política, ao comparar a atuação por gênero: os homens tendem a ser mais inclinados para temas tributários, finanças e segurança pública, já as mulheres, às questões sociais e educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Relações de Poder; Representação; Mulheres na Política.

ABSTRACT

Women, despite some advances in civil rights, are still largely responsible for domestic work, have lower income comparing to men, are underrepresented in politics, among other issues. Power relations, which are social, historical and structured constructions of a society consisted by male domination, are guaranteed daily through a symbolic violence. In this sense, the representation of women in politics is seen as a possibility of collective action in pursuit of minority interests. Given the gender inequalities that affect various areas of women's lives, the aim of this study is to understand how power relations permeate the trajectory of a woman in politics. This is a qualitative research that conducts in-depth interviews with 5 women who were elected by vote. The trajectory of women in right wing parties is marked by kinship, while for women affiliated in left wing parties, entry occurs through militancy in collectives and unions. Perceptions of these women about the field of politics and their relations with feminist movements were also analyzed. The challenges faced by these women involve reconciling private life with political commitments and economic factors. Aspects that hinder women's insertion in politics were identified as: gender discrimination that occurs on the political scene, ambient hostility, mechanisms of domination, symbolic violence, the perception of public image and the influence of religion and conservatism. It was evidenced that one of the factors that make it difficult for them is male domination within parties, which is reflected by the number of seats held by women in parliament. The women interviewed recognized the low representativeness of women and the importance of quota policy and party fund. There were also differences in the political agenda when comparing genders: men tend to be more interested in tax, finance and public safety issues, while women tend to relate more to social and educational issues.

KEYWORDS: Gender; Power Relations; Representation; Women in Politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 - Candidaturas registradas ao Senado.....	19
Gráfico 02 - Evolução da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados	20
Figura 01 - Parlamentar amamentando na Assembleia.....	27
Figura 02 - Posse da Deputada Ana Paula da Silva (PDT).....	30
Figura 03 - Capa da revista IstoÉ: “As explosões nervosas da presidente”	33
Quadro 01 - Perfil das Pesquisadas	45
Quadro 02 - Categorias e Subcategorias de Análise.....	47

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 JUSTIFICATIVA	13
1.2 OBJETIVOS	14
2. AS MULHERES NA POLÍTICA.....	15
2.1 MULHERES NO PODER LEGISLATIVO.....	18
3. GÊNERO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	22
3.1 RELAÇÕES DE PODER E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA.....	28
3.2 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	37
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	44
5. ANÁLISE DE DADOS.....	47
5.1 DESAFIOS E TRAJETÓRIA DAS MULHERES NA POLÍTICA	47
5.2 RELAÇÕES DE PODER	54
5.3 REPRESENTAÇÃO E PROGRAMAS DE INCENTIVO ÀS CANDIDATURA S.....	62
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	78
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO.....	79

1. INTRODUÇÃO

Em 2017, segundo o IBGE, cerca de 10,5% dos assentos da Câmara dos Deputados eram ocupados por mulheres. Conforme Vivas et al. (2019), este número cresceu. Atualmente, a bancada feminina da Câmara é ocupada por 77 deputadas, o que corresponde a 15% da composição do número de cadeiras. No Rio Grande do Sul (RS), no ano de 2018, foram eleitas 9 (nove) mulheres para exercer o cargo de deputadas estaduais, duas a mais, se comparado à última eleição. Para deputado federal, o estado elegeu 3 (três) mulheres, sendo que, no pleito anterior, era apenas uma. Contudo, mesmo representando cerca de 52,5% do eleitorado nacional, as mulheres continuam sendo sub-representadas politicamente.

No âmbito da cidadania, as mulheres buscam igualdade política desde meados do século XIX. O movimento sufragista foi o propulsor na organização feminina, ao lutar pela garantia do direito ao voto. Contudo, os reflexos desta luta surgiram depois de muito tempo. Na maior parte dos países, o direito ao voto ocorreu por volta da primeira metade do século 20. A Suíça, em 1971, foi o último país a conferir às mulheres o direito ao voto nacional (MARQUES-PEREIRA, 2009; MIGUEL, 2001). No Brasil, a conquista do voto ocorreu em 1932, através do resultado da luta do movimento sufragista, que iniciou em 1919 (VAZ, 2008). As lutas pelo aumento da participação política da mulher na Sociedade Civil resultaram na adoção de medidas para diminuir a desigualdade entre os sexos, dentre elas, a criação da lei nº 9.100/95, que estabeleceu a primeira cota para mulheres na lista de candidaturas em eleições proporcionais, prevendo o mínimo de 20% de candidatas em cada partido. Atualmente, o percentual mínimo exigido por lei é de 30%. No entanto, o número de cadeiras ocupadas por mulheres em exercício no Congresso Nacional é inferior ao estipulado em lei para candidaturas (SCHUMACHER; CEVA, 2015). Em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou que a partir das eleições de 2018, 30% dos recursos do fundo eleitoral devem ser destinados para as campanhas de candidaturas femininas, assim como o tempo de TV e a propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Por infortúnio, as cotas apresentam alguns problemas, como as candidatas “laranjas” que, por vez, alguns partidos usam para tentar tirar vantagem do financiamento público de campanha destinado às mulheres. Há casos de mulheres que não tiveram nenhum voto ou, até mesmo, nem sabiam que estavam concorrendo ao pleito (PINHEIRO; ACAYABA, 2019).

Riot-Sarcey (2009) afirma que as mulheres são afastadas dos espaços decisórios, inclusive do exercício do poder político, sob o argumento de que o seu papel social *do lar* as tornaria inaptas às funções públicas. A autora coloca, ainda, que a inserção da mulher na política não alterou os mecanismos de representação. Nesse sentido, Miguel (2003) analisa a crise da representação política e constata que a introdução de cotas eleitorais para as minorias é uma proposta para renovar as instituições representativas, que se encontram desacreditadas pela população, e também, em busca do incentivo da presença efetiva dessas minorias. No entanto, o autor utiliza como exemplo algumas minorias que são excluídas dos direitos políticos, como as crianças que, por questões naturais, são incapazes de representar seus próprios interesses. Contudo, durante muito tempo, as mulheres também foram consideradas dessa mesma forma. A exclusão das mulheres era justificada pela maternidade, por questões físicas e biológicas e pelo exercício das atividades domésticas (MIGUEL, 2001). A partir da década de 1960, estudiosas feministas, com obras consagradas até hoje, como, por exemplo, *Le deuxième sexe*, de Simone Beauvoir (1949), *The feminine mystique*, de Betty Friedan (1963), *Sexual politics*, de Kate Millett (1969), têm buscado tornar visível a história da mulher. A segregação social e política que as mulheres foram conduzidas teve como consequência sua invisibilidade, enquanto sujeito social. A origem da exclusão foi produzida através de múltiplos discursos, que determinavam que o lugar da mulher era na esfera privada, sobretudo nas atividades domésticas. Gradativamente, outros lugares foram ocupados pelas mulheres, visando rejeitar determinismos biológicos¹. As atividades exercidas pelas mulheres eram consideradas de apoio, como trabalho em escolas, como professora; ou nos hospitais, como enfermeira; ligadas à assistência, cuidado ou à educação (LOURO, 1997).

Para Ely (2018), os motivos para o número baixo de mulheres candidatas são complexos, que perpassam pela falta de incentivos reais à ocupação feminina, pela cultura machista, bem como reflexos do crescimento do conservadorismo. Segundo relatório divulgado pelo Senado Federal em 2015², os fatores que refletem na presença da mulher na política são: a elevada carga de trabalho, com tripla jornada, o caráter machista da sociedade e o domínio masculino nos partidos. Quanto às leis afirmativas, as principais causas são: a ineficiência do sistema de cotas, a baixa alocação de recursos nas campanhas

¹ A ideologia naturalista compreende o papel da mulher através da reprodução biológica e nega a existência da construção social e cultural (KERGOAT, 2009).

² SENADO FEDERAL. **Mais mulheres na Política**. Brasília: Procuradoria Especial da Mulher, 2ª ed, 2015.

femininas, a falta de punição para os partidos que não cumprem a legislação e a falta de formação e de campanhas de conscientização.

No que tange ao sistema político, uma das alternativas para alteração desse quadro seria a alteração no sistema de lista. Atualmente, no sistema de lista aberta, o eleitor escolhe em quem irá votar. Já no sistema de lista fechada, o eleitor vota no partido, onde, previamente, é determinada uma lista. Este tipo de sistema, segundo a autora, poderia ser efetivo, conforme o poder de organização e pressão das mulheres. Outro ponto seria a alteração na legislação de cotas, incluindo sanções para os partidos que não respeitassem os percentuais estabelecidos em lei (ARAÚJO, 2001).

A representatividade das mulheres nesses espaços também é debatida pelas representantes. Silvana Covatti, primeira mulher a ser presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, questionou, em seu discurso de posse, até que o ponto as cotas destinadas às mulheres são eficientes. Fernanda Melchionna (PSOL), eleita em 2018 como deputada federal, afirma que “A ampliação da representatividade das mulheres na política segue sendo uma das principais bandeiras de luta feminista (...). Embora importantes, essas ações afirmativas na política (cotas e fundo partidário) não são suficientes para ampliar o número de mulheres nos espaços de poder³”. A deputada ainda coloca como um fator para o baixo número de representantes que “as duplas e triplas jornadas que as mulheres enfrentam fazem com que tenham menos tempo para se dedicar à política”.

A presença da mulher na política vem acompanhada do discurso de ódio, disseminação de *fake news* e deslegitimação da presença em espaços públicos. De acordo com Braga (2018), o discurso de ódio se manifesta pela estigmatização de um grupo ou indivíduo, através de um insulto, perseguição ou privação de direitos. Outra forma de repressão sofrida pelas candidatas é o *manterrupting*, expressão para designar a ação de homens, ao realizarem uma interrupção desnecessária enquanto uma mulher está falando. O termo popularizou-se, ao designar práticas contemporâneas de desigualdade de gênero (BARROS; BUSANELLO, 2019). Em 2018, Manuela D’ávila (PCdoB) lançou sua pré-

³ MELCHIONNA, F. **As mulheres não querem ser laranjas do partido de Bolsonaro**. Sul 21. 18 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/colunas/fernanda-melchionna/2019/02/as-mulheres-nao-querem-ser-laranjas-do-partido-de-bolsonaro/>>. Acesso em 01 mai. 2019.

candidatura à presidência e participou de um programa televisionado, contudo, diferentemente dos outros participantes, a candidata foi interrompida 62 vezes⁴.

Diante do exposto, há indícios de que as mulheres sofrem discriminação, principalmente quando ocupam espaços públicos predominantemente masculinos, com forte valor social agregado, como a política, ao passo que, as construções sociais atribuíram à mulher a responsabilidade do lar e do âmbito privado. Isto posto, a pesquisa procura investigar, no campo da política, as relações de poder que envolvem as mulheres na política, assim como a representatividade feminina neste meio. Desse modo, o presente estudo busca compreender: de que forma as relações de poder perpassam a trajetória das mulheres na política?

1.1 JUSTIFICATIVA

A discriminação e sub-representação das mulheres está presente tanto no cenário brasileiro como mundial. Este estudo busca contribuir para a discussão de gênero dentro da administração pública brasileira, alicerçando outras perspectivas a um debate ainda embrionário. A pesquisa procura examinar os meios de dominação dentro do campo da política e seus encadeamentos na vida das representantes. Além disso, compreender a inserção dessas mulheres na política, assim como as questões subjetivas que envolvem trajetórias, papéis e *status*.

Serão beneficiados com a realização deste trabalho: o público feminino, que terá ferramentas de apoio para o desenvolvimento de uma democracia representativa eficaz; as organizações como um todo, pois, como entidades sociais, poderão replicar e incentivar a presença das mulheres; e a sociedade, que terá uma ferramenta de conscientização da igualdade de gênero na vida pública. Além disso, o estudo busca contribuir para a superação das desigualdades de gênero na política do ponto de vista da administração.

Parte-se do entendimento de que o administrador possui um papel político enquanto ator social e agente de mudança. O cientista social deve ser capaz de questionar a sua realidade, caso contrário, será um mero cumpridor de tarefas. Ou seja, quando a administração é caracterizada como tecnicista e puramente operacional, se esquece a perspectiva social (RIBEIRO, 2006).

⁴ CARTA CAPITAL. Manuela D'Ávila e o *manterrupting* na política. 05 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/conjunturando/manuela-avila-e-o-man-interrupting-na-politica/>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é compreender as relações de poder que perpassam a trajetória das mulheres na política.

Definiu-se os seguintes objetivos específicos a serem atingidos:

- a) Identificar as dimensões das desigualdades de gênero, no âmbito da carreira política;
- b) Analisar os mecanismos de dominação do masculino, nas suas implicações à estrutura social;
- c) Examinar os programas de incentivo às candidaturas, dentre as demandas de representação na política.

2. AS MULHERES NA POLÍTICA

A temática da inclusão de gênero, em especial a participação das mulheres nas instituições políticas, obteve destaque e visibilidade na agenda internacional. Nesse sentido, em 1976, a Organização das Nações Unidas (ONU) inaugura a “A Década das Nações Unidas para a Mulher”. O evento buscou identificar medidas para acelerar a igualdade entre homens e mulheres. Contudo, seu foco maior centrava-se na violência sofrida pelas mulheres. Em 1995, a 4ª Conferência das Nações Unidas sobre Mulher é realizada em Pequim e, a partir disso, constitui um marco nas discussões sobre direitos políticos das mulheres e como superá-los (VAZ, 2008). Nos objetivos estratégicos, são indicadas medidas e ações que os Governos devem adotar para promover a igualdade entre homens e mulheres no poder. Seguem algumas das propostas:

- a) comprometer-se a estabelecer a meta de equilíbrio entre mulheres e homens nos organismos e comitês governamentais, assim como nas entidades da administração pública e no judiciário, incluídas, entre outras coisas, a fixação de objetivos específicos e medidas de implementação, a fim de aumentar substancialmente o número de mulheres e alcançar uma representação de paridade das mulheres e dos homens, se necessário mediante ação afirmativa em favor das mulheres, em todos os postos governamentais e da administração pública;
- b) adotar medidas, inclusive, quando apropriado, nos sistemas eleitorais, para estimular os partidos políticos incorporarem as mulheres a postos públicos eletivos e não eletivos, na mesma proporção e nas mesmas categorias que os homens;
- c) defender e promover a igualdade de direitos das mulheres e dos homens em matéria de participação nas atividades políticas e de liberdade de associação, inclusive afiliação a partidos políticos e sindicatos;
- d) examinar o impacto dos sistemas eleitorais sobre a representação política das mulheres nos organismos eletivos e considerar, quando procedente, a possibilidade de ajustar ou reformar esses sistemas (ONU, 1995, p. 216).

De acordo com Htun (2001), onze países da América Latina aprovaram leis que estabelecem cotas. O primeiro país a implantar foi a Argentina em 1991. Todos os demais adotaram leis de cotas nos anos posteriores à 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Beijing, em 1995. A partir desse encontro, houve um compromisso em assegurar o acesso igualitário à participação das mulheres. A Conferência mobilizou a abertura de outros fóruns, como a Articulação de Mulheres Brasileiras, estimulando outros espaços de debate, em todo o país. Nesse sentido, Piovesan (2008) afirma que as ações afirmativas, além de aliviar a carga de um passado discriminatório, procuram fomentar a

transformação social. A autora acrescenta que, em 1979, a ONU, na Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, propôs que os estados adotassem ações afirmativas, como medidas especiais temporárias, para acelerar o processo de igualdade entre homens e mulheres. Concomitantemente, Schumacher e Ceva (2015) apontam que o movimento feminista começou a questionar a sub-representatividade das mulheres nas estruturas formais de poder, buscando implementar ações afirmativas para mudança desse quadro, como as cotas.

Analisando a evolução do eleitorado feminino, mais especificamente o número de mulheres votantes, em 1998, foi possível constatar que chegou perto de equiparar-se ao número de homens. Somente a partir do ano 2000 as mulheres tornaram-se maioria no eleitorado brasileiro. Segundo dados do TSE, nas eleições de 2018, as mulheres representavam 52,5% do eleitorado nacional.

No ano de 1995, a política de cotas foi introduzida na legislação brasileira, quando a Lei nº 9.100 regulamentou, para as eleições municipais de 1996, a primeira reserva de vagas para as mulheres nas listas de candidaturas em eleições proporcionais, prevendo que cada partido e/ou coligações apresentasse um mínimo de 20% de candidatas⁵. Em 1997, ela foi ampliada pela Lei nº 9.504, que garante uma cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70% para qualquer um dos sexos (BRASIL, 1997). Neste ano, a lei se estendeu para os demais cargos, por voto proporcional, como na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas Estaduais e na Câmara Distrital. Grossi e Miguel (2001) salientam que, apesar do apoio da bancada masculina no Congresso Nacional, os parlamentares aprovaram o aumento do número total de candidaturas que os partidos poderiam apresentar. Logo, a medida resultou em uma diminuição do impacto das cotas eleitorais femininas. Além disso, não houve previsão de sanções aos partidos que não cumprissem a norma, facilitando o lançamento de candidaturas fictícias, mais conhecidas como “laranjas”.

A reforma eleitoral, introduzida pela Lei nº 12.034/09, institui novas obrigações na Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/95), dentre elas a determinação de que os recursos do fundo partidário devem ser aplicados na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, conforme percentual que será

⁵ Art. 11 Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cento e vinte por cento do número de lugares a preencher.

§3º Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres.

fixado pelo órgão nacional de direção partidária⁶, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total. A reforma também exigiu que a propaganda partidária gratuita deveria promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento)⁷. A Lei 12.034/09 tenta preencher uma lacuna deixada pela Lei das Cotas: a punição para o descumprimento da legislação, através de sanções. No art. 44, §5º da lei, consta que o partido que não investiu os valores devidos deverá, no ano subsequente, acrescentar 2,5% dos recursos que recebeu no Fundo Partidário para programas de promoção e difusão das mulheres na política, não podendo esse recurso ser aplicado em finalidade diversa.

Em 2015, foi promulgada a chamada “Minirreforma Eleitoral”, através da Lei nº 13.165/15, que revogou este último inciso, sobre a participação feminina em propaganda partidária. No art. 9º da lei, define-se que a destinação do fundo partidário deveria ser de, no mínimo, 5% dos recursos da campanha e, ainda, teria um máximo de 15% de todos os recursos do fundo partidário⁸. Vale destacar que o art. 9º da lei remete à “criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres”, o que não é necessariamente destinado a recursos de campanha. A campanha eleitoral se refere à possibilidade de eleger mulheres e a participação política possui um sentido mais amplo. Dessa forma, a lei representou um retrocesso à igualdade de gênero na política, em dois sentidos: desvia a finalidade dos recursos do fundo partidário e prevê uma redução no total de recursos destinados à inclusão feminina na política, ao incluir um teto.

Entretanto, em março de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a regra que estabelecia um limite mínimo de 5% do fundo partidário para o financiamento de campanhas eleitorais de mulheres. Os ministros fixaram uma nova ordem, através da qual os partidos deverão destinar no mínimo 30% dos recursos do fundo às campanhas e à candidatura de mulheres, sem percentual máximo. Em maio de 2018, o TSE decidiu, por

⁶ Art. 44 Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados:

V - Na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total.

⁷ Art. 45 A propaganda partidária gratuita, gravada ou ao vivo, efetuada mediante transmissão por rádio e televisão será realizada entre as dezenove horas e trinta minutos e as vinte e duas horas para, com exclusividade.

IV - Promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento).

⁸ Art. 9º Nas eleições que se seguirem à publicação desta Lei, os partidos reservarão, em contas bancárias específicas para este fim, no mínimo 5% (cinco por cento) e no máximo 15% (quinze por cento) do montante do Fundo Partidário destinado ao financiamento das campanhas eleitorais para aplicação nas campanhas de suas candidatas, incluídos nesse valor os recursos a que se refere o inciso V do art. 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

meio da Resolução nº 23.553/2018, que os partidos devem repassar 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para candidaturas de mulheres. A regra se estende para o tempo de TV e para a propaganda eleitoral no rádio e na televisão.

Apesar dos avanços, em maio de 2019, foi sancionado um projeto de lei que prevê anistia a partidos políticos que não investiram o mínimo de 5% dos recursos do Fundo Partidário em campanhas femininas (BRASIL, 2019). Outro ponto relevante é a Emenda Constitucional (EC) nº 97/2017, que veda, a partir de 2020, a celebração de coligações em eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. A mudança tem reflexos na lista de candidatos que concorrerão ao pleito, que devem respeitar o percentual mínimo de 30% para um dos sexos.

Diante do exposto, a próxima seção buscará apresentar dados sobre a participação das mulheres, por meio de representantes eleitas pelo povo brasileiro, nos órgãos que compõe o Poder Legislativo, como a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais.

2.1 MULHERES NO PODER LEGISLATIVO

A participação das mulheres e sua ocupação em cargos eletivos, mesmo com as alterações em legislações eleitorais, dentre elas a inclusão das cotas nas candidaturas proporcionais, não foi suficiente para mudar a situação de sub-representação em que se encontram. A baixa proporção de mulheres nas esferas de poder está presente em todos os estados da federação, em grau muito semelhante, e em todos os níveis de poder político, das Câmaras de Vereadores ao Senado.

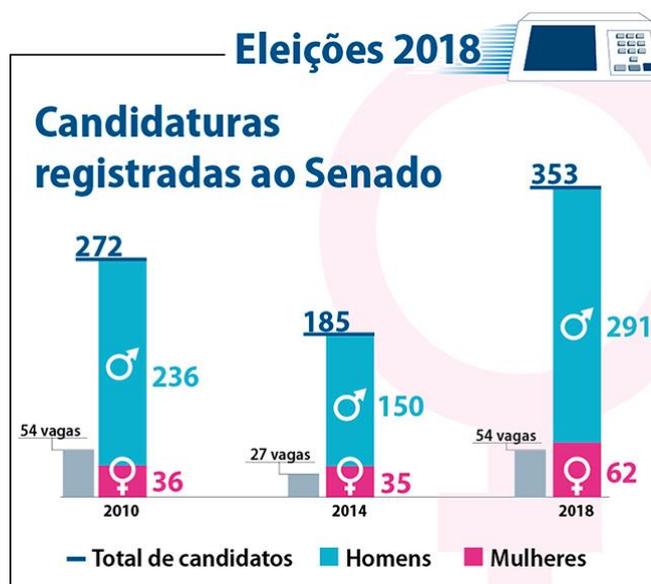
O Senado Federal corresponde à câmara alta do Congresso Nacional e possui 81 assentos que, através do voto majoritário, são eleitos para o cargo. Na 55ª legislatura, 13 (treze) mulheres titulares exerciam o cargo, o que representa cerca de 16% do total de cadeiras⁹. O Rio Grande do Sul havia elegido a senadora Ana Amélia Lemos (PP). Vale destacar que a senadora Ana Amélia é a segunda mulher a ocupar o cargo no Rio Grande Sul¹⁰. O Estado do Rio Grande do Sul não elegeu nenhuma mulher no ano de 2018. O número de candidatas que se cadastraram em 2018 era 62, enquanto, o número de homens

⁹ BRASIL, Senado Federal. **Senadores da 55ª Legislatura (2015 - 2019)**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-antiores/-/a/55/por-sexo>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

¹⁰ SENADO FEDERAL. **Mulheres na Política: retrato da sub-representação feminina no poder**. Brasília: Procuradoria Especial da Mulher, 2016.

era 291 (Gráfico 01). É importante lembrar que, para cargos majoritários, não se aplica a exigência mínima de 30% de candidatos de cada gênero, como é determinado pela Lei 9.504/97, para cargos proporcionais.

Gráfico 01 - Candidaturas registradas ao Senado:



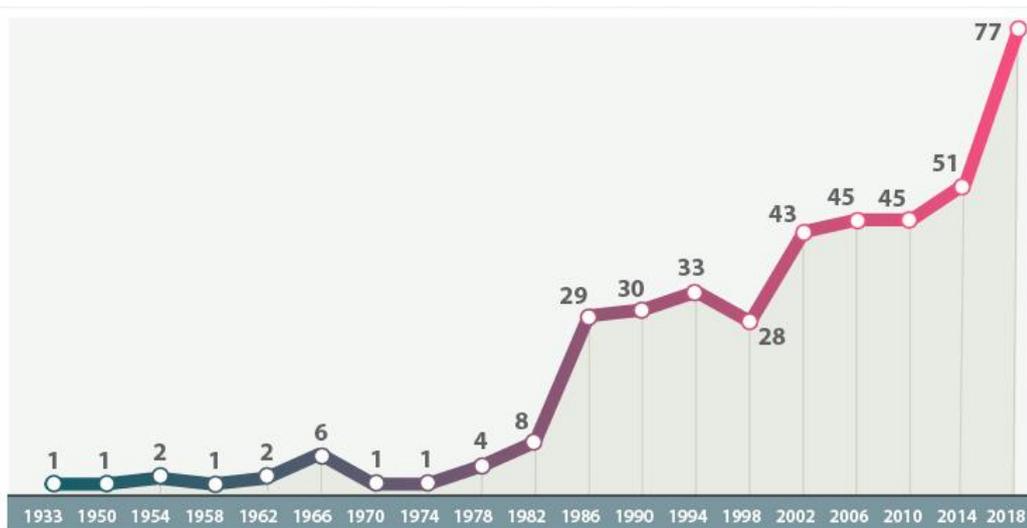
Fonte: Agência Senado (2018).

Na Câmara dos Deputados, a câmara baixa possui 513 assentos. Entre os candidatos eleitos em 2014, a bancada feminina era composta por 51 deputadas, sendo apenas uma mulher eleita pelo estado RS, a deputada Maria do Rosário (PT)¹¹. As mulheres representavam cerca de 9,94% do número total de cadeiras. Em 2018, foram eleitas 77 deputadas, o que corresponde a 15% do número de cadeiras. O Rio Grande do Sul elegeu apenas três mulheres nas eleições de 2018: Fernanda Melchionna (PSOL), Maria do Rosário (PT) e Liziane Bayer (PSB)¹².

¹¹ SENADO FEDERAL.+ **Mulheres na Política: retrato da sub-representação feminina no poder.** Brasília: Procuradoria Especial da Mulher, 2016.

¹² BRASIL, Câmara dos Deputados. **Bancada feminina na Câmara sobe de 51 para 77 deputadas.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/POLITICA/564035-BANCADA-FEMININA-NA-CAMARA-SOBE-DE-51-PARA-77-DEPUTADAS.html>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

Gráfico 02 - Evolução da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados:



Fonte: Câmara do Deputados/Cedi (2018).

O número de candidatas que concorreram ao cargo foi de 2.767 mulheres, 32,21% no total de 8.588 postulantes. Os números ficam próximos do mínimo de 30% de candidatos de cada sexo para cargos proporcionais, conforme exigido pela Lei das Eleições (9.504/97). No ano de 2014, 2.271 mulheres se candidataram, 31,82% do total de 7.137 candidatos.

Na Assembleia Legislativa, dos 55 assentos, apenas 7 (sete) mulheres foram eleitas em 2014, 9% no total, sendo elas: Any Ortiz (PPS), Liziane Bayer (PSB), Miriam Marroni (PT), Silvana Covatti (PP), Stela Farias (PT) e Manuela D'Ávila (PCdoB). Nas eleições de 2018, 9 (nove) mulheres foram eleitas deputadas estaduais e 3 (três) delas estão entre os 6 (seis) mais votados do estado do RS. São elas: Any Ortiz (PPS), Silvana Covatti (PP), Luciana Genro (PSOL), Kelly Moraes (PTB), Juliana Brizola (PDT), Franciane Bayer (PSB), Sofia Cavedon (PT), Zilá Breitenbach (PSDB) e Fran Somensi (PRB).

Em Porto Alegre, a Câmara Municipal é formada por 36 assentos. No ano de 2016, foram eleitas 4 (quatro) mulheres, sendo elas: Fernanda Melchionna (PSOL), Comandante Nádia (PMDB), Mônica Leal (PP) e Sofia Cavedon (PT). Cerca de 11% do total de representantes. Em 2019, Mônica Leal assumiu a Presidência da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, sendo a quarta mulher a presidir a mesa diretora em 245 anos de história. Antes dela, as vereadoras Margarete Moraes, Maria Celeste e Sofia Cavedon, todas do PT, presidiram a Casa. Em virtude da posse na Câmara Federal, Fernanda Melchionna renunciou ao mandato na Câmara Municipal, em 2019. Sofia Cavedon, por ser eleita na

Câmara Estadual, também teve seu mandato renunciado no mesmo ano¹³. Em substituição à colega de partido Fernanda Melchionna, Karen Santos (PSOL) tomou posse, em 2019. Além dela, outras duas vereadoras entraram como substitutas: Cláudia Araújo (PSD) e Lourdes Sprenger (MDB), que substitui a vereadora Comandante Nádia (PMDB) que, no momento, está de licença.

Conforme exposto, as mulheres continuam sendo sub-representadas no campo da política. A ausência das mulheres nesse âmbito não propicia o debate e a luta por direitos das mulheres, como a questão da maternidade e violência de gênero. Para conseguir entender a razão da exclusão da mulher nesses espaços, é preciso analisar os temas sobre gênero e divisão sexual do trabalho.

¹³ CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Mônica Leal toma posse na Presidência da Câmara.** 03 jan. 2019. Disponível em: <<http://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/monica-leal-toma-posse-na-presidencia-da-camara>>. Acesso em: 18 set. 2019.

3. GÊNERO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A palavra *gender* foi inicialmente utilizada por autores da língua inglesa para se referir a palavras femininas ou masculinas, no que diz respeito ao uso gramatical (CARVALHO, 2011). Além do uso na gramática, o termo *gênero* era entendido sob a ótica biológica, de origem natural, e que está ligada à “ordem divina”. Os humanos, assim como outras espécies, possuem a dicotomia dos dois sexos, o masculino e feminino, e a sua diferenciação era atribuída às funções diferentes dos sexos, no que tange à reprodução sexual entre o macho e a fêmea (MATHIEU, 2009). As explicações biológicas enfatizavam o papel reprodutivo das mulheres, ou seja, a capacidade de dar à luz. Aos homens, cabia a força muscular superior. Essa concepção determinista biológica perdurou durante um longo tempo. Contudo, autores indicam que os movimentos feministas da França e dos Estados Unidos da década de 1960 e 1970, juntamente com outras áreas de estudo, como a Psicologia, desenvolveram uma nova ressignificação para o conceito de gênero (SCOTT, 1995; LOURO, 2000; HARAWAY, 2004).

De modo geral, o conceito de gênero é empregado ao se referir à qualidade social das distinções baseadas no sexo. De outra banda, o conceito de sexualidade é usado para indicar as várias formas que os sujeitos vivem seus prazeres. Vale ressaltar que, nos “estudos feministas, gênero e sexualidade são, ambos, constructos sociais, culturais, históricos” (LOURO, 2000, p. 64). A dimensão social esclarece que as categorias masculino e feminino são construções sociais e, portanto, desempenham papéis sociais e possuem especificações culturais do grupo a qual pertencem (SCOTT, 1995). O “gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75), além de ser um meio para diferenciação dos papéis sociais e das práticas sexuais (SCOTT, 1995). Esse deslocamento do discurso sobre gênero introduz duas ideias: a do constructo social e a da transformação, onde o gênero é passível de mudança estrutural (MATHIEU, 2009). Simone de Beauvoir, em 1949, já anunciava “não se nasce mulher, torna-se mulher¹⁴”. Os conceitos modernos sobre gênero repousaram sobre a observação de Beauvoir e nas “condições sociais do pós-guerra que possibilitaram a construção das mulheres como um coletivo histórico” (HARAWAY, 2004, p. 211). O gênero está ligado a

¹⁴ BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet, v. 2, 1967, p. 9.

distinção e aos sistemas de diferença sexual que são socialmente constituídos. Nesse sentido, “gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta” (HARAWAY, 2004, p. 211).

O gênero também tem a capacidade de dar significado às relações de poder. Além de ser o elemento peculiar das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas, o gênero implica na representação dos símbolos culturalmente ensinados, como Eva e Maria são símbolos usados primordialmente pela tradição cristã para designar o *ser* mulher. Esses símbolos são “estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (SCOTT, 1995, p. 88). Num segundo momento, o gênero se expressa através dos conceitos normativos e da interpretação desses símbolos. Essas afirmações normativas são legitimadas pelas instituições como a religião, escola, política e ciência. Assim, o gênero passa a ser entendido como um meio de classificação e diferenciação. A ordem simbólica é originada a partir da categorização e hierarquização do masculino e feminino (SCOTT, 1995). Nessa direção, o gênero é retratado como

a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais [...] Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo [...] determina univocamente como a divisão social será definida [...] Nesta abordagem a história figura não apenas como o registro das mudanças da organização social dos sexos mas também, de maneira crucial, como participante da produção do saber sobre a diferença sexual (SCOTT, 1994, p. 13).

Outro aspecto do gênero é a centralização no sistema de parentesco, baseado na organização social da família. Entretanto, o gênero também é construído através da economia, mercado de trabalho e da organização política. Por fim, o gênero também pode ser entendido através do prisma da identidade subjetiva. Os sistemas de significação, através da diferenciação e distinção, contribuem para a divisão entre masculino e feminino, no que diz respeito à identidade subjetiva. Como por exemplo, a masculinidade somente é assegurada quando se reprime os aspectos femininos. Até mesmo o antagonismo entre masculino e feminino participam da construção da identidade sexual (SCOTT, 1995).

Na década de 1970, a revista *Questões Femininas*, da França, apresentou uma nova formulação, onde gênero era sinônimo de classe, e é “constituído por e na relação de poder dos homens sobre as mulheres” (MATHIEU, 2009, p. 226). No sentido marxista de classe, o gênero é fundamentado através da divisão sociosexual do trabalho e dos meios de

produção e da organização da procriação, evidenciando as capacidades reprodutivas das mulheres (MATHIEU, 2009). A sociedade, por meio de ritos, impõe uma diferença entre os sexos, geralmente hierárquica. Até mesmo na linguagem, o gênero é hierárquico, o masculino representa o geral, abarcando o feminino (MATHIEU, 2009). Na gramática, o gênero tem a função de classificar fenômenos, ou ainda, um “sistema socialmente consensual de distinções” (SCOTT, 1995, p. 72). Para os pós-estruturalistas, a linguagem representa o sistema de significação das ordens simbólicas. A sociedade utiliza-se dos signos para representar o gênero. Nesse contexto, os sistemas ocidentais dominantes criam uma divisão sexual clara, onde a organização familiar e a experiência doméstica contribuem para a divisão sexual do trabalho. As experiências de meninos e meninas são divergentes, principalmente no âmbito familiar. As mulheres na organização da família possuem o papel de cuidar e criar (SCOTT, 1995). Através da experiência e vivências distintas, é possível explicar as diferenças de gênero (SCOTT, 1994).

Uma das principais preocupações das historiadoras femininas é explicar as origens do patriarcado, simultaneamente, à subordinação das mulheres, mais precisamente, a dominação masculina (SCOTT, 1995). No século XX, as manifestações contra a discriminação das mulheres ganharam visibilidade através do sufragismo, com o objetivo de conquistar o direito de voto às mulheres. O sufrágio passou a ser conhecido como a primeira onda do feminismo. Houve outras reivindicações semelhantes como maiores oportunidades de estudos, acesso a determinadas profissões e organização familiar (LOURO, 1997). A partir disso, o conhecimento sobre os efeitos dos sistemas de dominação masculina possibilitou formas de resistência e mobilização política (SCOTT, 1992). Um bom exemplo é o controle exercido sobre as mulheres, intermediando sua participação na vida pública, nas instituições de poder e na política. A criação de códigos e leis para determinar o lugar da mulher, o aborto ilegal e a vestimenta da mulher são meios de controle. A princípio, o Estado nada ganharia com o controle exercido sobre as mulheres. No entanto, tais atos são significativos para a consolidação do poder. Enquanto sujeitos históricos, as mulheres são invisíveis (SCOTT, 1995). O vínculo entre poder, política e Estado colabora para a compreensão do gênero:

[...] o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1995, p. 89).

A invisibilidade da mulher e as relações de dominação perpassam pelo feminicídio, que ocorre em todas as instâncias, até mesmo na política. Marielle Franco (PSOL), mulher, negra, lésbica e favelada, como ela mesmo dizia, foi assassinada em 14 de março de 2018, em um contexto de ascensão na política. A vereadora era conhecida por falas firmes em relação às questões de gênero, raça e classe e por denunciar as desigualdades, especialmente na periferia¹⁵. A morte brutal de Marielle foi um divisor de águas na política brasileira, ao expor o perigo e a vulnerabilidade que envolve o fato de ser mulher na política. Marielle se tornou um símbolo de resistência e foi transformada em heroína. Não obstante, a parlamentar foi vítima do discurso de ódio, propagado por notícias falsas, que circularam pelas redes sociais, inferindo suposta associação dela com o tráfico¹⁶, por exemplo.

O feminismo criou um coletivo de mulheres que compartilhavam os mesmos interesses, dentre eles, o fim da subordinação e da invisibilidade. A busca por igualdade e por controle dos seus corpos e suas vidas tenta romper com os meios de dominação. A luta contra a discriminação sexual era pauta dos movimentos da década de 1960 (SCOTT, 1992). A segunda onda do feminismo se inicia no final dos anos 1960. Além dos debates sobre as questões políticas e sociais, começou a ser discutido o conceito de gênero. As feministas começam a se expressar através de livros, jornais e revistas publicadas (LOURO, 1997).

As mulheres, nessa época, desejavam ser reconhecidas como participantes ativas nos movimentos políticos. O feminismo buscou denunciar as desigualdades sofridas pelas mulheres. As feministas que estavam na academia provaram que até mesmo um diploma não era suficiente para barrar a discriminação. As diferenças salariais entre homens e mulheres e a discriminação em promoções caracterizava forte diferenciação sexual (SCOTT, 1992). As mulheres eram dirigidas para atividades de apoio, ligadas ao cuidado e à educação. As estudiosas feministas denunciaram a ausência feminina, principalmente na área da ciência (LOURO, 1997). Da industrialização emergiram efeitos na identidade das mulheres, que passaram a ser “trabalhadoras”, separadas dos “trabalhadores”, criando uma percepção do que é ser mulher. Com isso, a categoria mulher, a partir dos anos 1980, não

¹⁵ Para saber mais: SOUZA, R. **Artigo: Marielle Franco é vítima de feminicídio político**. O Globo. 13 set. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigo-marielle-franco-vitima-de-feminicidio-politico-23944614?versao=amp>>. Acesso em 22 set. 2019.

¹⁶ ABRAMOVAY, P.; MIKLOS, M. Notícias falsas sobre Marielle mostram como o Estado lida com a favela. **Folha de São Paulo**. 25 mar. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/amp/ilustrissima/2018/03/noticias-falsas-sobre-marielle-mostram-como-o-estado-lida-com-a-favela.shtml>>. Acesso em: 22 set. 2019.

era mais universal. O termo passou a ser usado para denotar outras qualidades como: mulheres de cor, mulheres mães, mulheres lésbicas, mulheres pobres, dentre outras (SCOTT, 1992).

A discriminação na política é percebida socialmente, no discurso do senso comum, por pressupostos como os de que “mulher não gosta de política”. Assim, o silenciamento da voz das mulheres acontece por meio do desestímulo na participação ativa de espaços coletivos de decisão. A trajetória na política é encurtada pelo constrangimento e punição que a mulher sofre a cada tentativa de se colocar em um ambiente de tomada de decisão. Desta maneira, o assédio e a violência simbólica no espaço político são poderosos entraves.

Além disso, o vocábulo gênero passa a ser utilizado para designar as relações sociais de poder entre os sexos (LOURO, 2000). Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho é definida como sendo “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo” (KERGOAT, 2009, p. 67). As relações sociais de sexo são provenientes das tensões e antagonismos existentes nas relações entre os diferentes grupos sociais, compostos por homens e mulheres. Além disso, cabe destacar que elas são fundadas nas construções sociais e não em supostas eventualidades biológicas. Dessa forma, os processos históricos que permeiam a sociedade atribuíram às mulheres a esfera reprodutiva e privada e aos homens o espaço produtivo e público e, conseqüentemente, a colocação em atividades profissionais e sociais de maior prestígio, dentre elas, a política. Os princípios que organizam essa divisão são: a separação, que estabelece quais ofícios são destinados aos homens e às mulheres, e a hierarquização, que discrimina o trabalho do homem como sendo o de maior valor em comparação ao da mulher, caracterizando uma relação de poder e dominação (KERGOAT, 2009).

Além do estabelecimento dos papéis sociais, a maternidade, por uma questão biológica, foi socialmente imputada à mulher. Nessa acepção, a maternidade constitui uma especialidade valorizada, como o “poder de dar a vida”, ao mesmo tempo que, uma função social de opressão, quando colocada na condição de um dever. Historicamente, as mulheres ricas pagavam para ter empregadas, babás e amas de leite, o que nos mostra o peso que os fatores econômicos exercem. O final do século XIX é acompanhado pela busca de direito nessa área e por um reconhecimento da maternidade como função social que o Estado deve proteger. Durante a Primeira Guerra Mundial, as feministas solicitaram a valorização do trabalho feminino, para que fosse possível a conciliação entre trabalho e maternidade. A principal conquista é a aprovação de leis na área, como a licença maternidade. Apesar

disso, os homens possuem um critério social e às mulheres cabe o fisiológico (COLLIN; LABORIE, 2009).

Na Assembleia em Porto Alegre/RS, a amamentação foi alvo de polêmicas e controvérsias. Em 2016, a foto da parlamentar Manuela D'Ávila (PCdoB) amamentando sua filha circulou pelas redes sociais. Na foto, há crítica dos seguidores sobre a exposição desnecessária, ainda que o ato de amamentar seja algo natural. A Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) recomenda o aleitamento materno como forma exclusiva de alimentação até os seis meses de idade e, de maneira complementar, até os dois anos¹⁷. A figura 01 mostra Manuela amamentando na assembleia, ao mesmo tempo em que realiza uma fala oficial em seu horário de trabalho. Por esta razão, a maternidade ainda é considerada um dos entraves para a mulher na política, a responsabilidade pela criação dos filhos, que recai nas mulheres, mesmo depois do tempo legal da licença.

Figura 01 - Parlamentar amamentando na Assembleia:



Fonte: Facebook da ex-deputada Manuela D'Ávila (2016).

¹⁷ **OPAS/OMS BRASIL.** Aleitamento materno nos primeiros anos de vida salvaria mais de 820 mil crianças menores de cinco anos em todo o mundo. 01 ago. 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5729:aleitamento-materno-nos-primeiros-anos-de-vida-salvaria-mais-de-820-mil-criancas-menores-de-cinco-anos-em-todo-o-mundo&Itemid=820>. Acesso em: 25 set. 2019.

Pela contextualização acima, se faz necessário o aprofundamento dos estudos sobre as relações de poder, o domínio do masculino e a violência simbólica. As mulheres na política sofrem banalização da violência política de gênero e, ainda, com os discursos de ódio, oriundos da sociedade sexista. Para conquistar o espaço político e enfrentar a sub-representatividade, as mulheres precisam superar os mecanismos de controle do masculino.

3.1 RELAÇÕES DE PODER E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

O masculino e o feminino são divididos em um sistema de oposições homólogas. As diferenças são naturalizadas e a divisão que se propõe é reconhecida e consagrada. A divisão existente entre os sexos está na “ordem das coisas”, ou seja, é normal, equivalente ao natural. Ela está presente no mundo social, nos corpos, nos sistemas de percepção, e adquire reconhecimento, mais que isso, legitimação. As atividades atribuídas aos homens e mulheres, o seu espaço e instrumentos de trabalho são produtos da ordem social, que sustenta a dominação masculina. Historicamente, os lugares públicos, como mercados, eram reservados aos homens. Ao contrário dos homens, o espaço da casa e o trabalho doméstico, isto é, lugares privados e invisíveis, eram destinados às mulheres (BOURDIEU, 2019).

A ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho [...] a ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres [...] assinalando-lhes lugares inferiores [...] ensinando-lhes a postura correta do corpo (BOURDIEU, 2019, p. 46).

A diferenciação entre homens e mulheres acontece através dos signos externos, a distinção sexual reforça as condutas que convêm a cada sexo e proíbe as práticas ditas impróprias. Nas mulheres, os corpos são doutrinados, as vestimentas conferem moral, até mesmo o caminhar, postura e olhar são disciplinados. O homem possui a postura ereta, assemelha-se à de um militar. Cabe à mulher a docilidade, alguns comportamentos adestrados, como baixar os olhos, aceitar interrupções e sorrir. O feminino, aos olhos do senso comum, é sinônimo de pequeno; as boas maneiras devem ser praticadas e existe uma maneira correta de sentar, em que as pernas não podem estar abertas, por exemplo. O espaço conferido às mulheres é menor, aos homens, ficam destinados os espaços maiores,

especialmente em lugares públicos. As roupas garantem que o corpo esteja de acordo com a norma. Se pensarmos nos tempos antigos, a vestimenta era um vestido longo, com um grande tule, que limitava os movimentos, impedindo algumas ações, tais como corridas, esportes ou algumas formas de sentar (BOURDIEU, 2019).

Em 2017, Karen Santos (PSOL) substituiu a então vereadora Fernanda Melchionna e colega de partido que estava de licença na época. Em sua posse, o vereador Valter Nagelstein (PMDB) questionou a sua vestimenta. A vereadora estava utilizando uma camisa do ativista norte-americano Malcolm X. Nagelstein alegou que a vestimenta não estava cumprindo o regimento interno da Casa, que exige traje passeio completo. Vale ressaltar que outros parlamentares homens não estavam trajados de acordo com o regimento. Contudo, a vereadora Karen foi a única pessoa a qual foi chamada a atenção. Fernanda Melchionna sofreu o mesmo tipo de discriminação em 2014, ao usar uma camiseta na tribuna que trazia a frase “Viva a Resistência Palestina”¹⁸.

No ano de 2019, a roupa da Deputada Estadual Ana Paula da Silva também foi motivo de polêmica. A Deputada estava vestindo um macacão vermelho de alcinha, com decote. A parlamentar já foi prefeita de Bombinhas, no Litoral Norte de Santa Catarina (SC), por dois mandatos. A divulgação das fotos nas redes sociais rendeu uma série de comentários ofensivos, inclusive nas redes sociais mantidas pela própria deputada. Dentre os comentários hostis, destacam-se “daputada”, “trabalhadora do cabaré” e ainda foi questionado “a quantos ela tinha dado” para conseguir se eleger (CARAZZAI, 2019). Este tipo de comentário tende a deslegitimar a mulher e questionar o espaço que ocupa. O ingresso na política, tanto para homens quanto para mulheres, ocorre por meio do voto. Acompanhando o traje, a parlamentar estava usando um batom vermelho, símbolo utilizado pelas feministas.

¹⁸ **SUL 21.** Vereadores discutem na Câmara de Porto Alegre por causa de camiseta com estampa de Malcolm X. Porto Alegre, 16 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2017/04/vereadores-discutem-na-camara-de-porto-alegre-por-causa-de-camiseta-com-estampa-de-malcom-x/>>. Acesso em: 18 set. 2019.

Figura 02 - Posse da Deputada Ana Paula da Silva (PDT):



Fonte: Carazzai (2019).

Na concepção do *habitus* feminino, a experiência do corpo ocorre de forma que o corpo serve, para o outro, para ser operado pelo olhar e discurso das outras pessoas. Sendo assim, a imagem do corpo se constitui a partir da representação que o outro faz, podendo ocorrer por meio dos *feedbacks* enviados pelos outros. Quando falo em outros, pode ser tanto homens como os dominantes ou, até mesmo, mulheres que já incorporaram essa estrutura. Conforme exposto anteriormente, a estrutura social está presente sob a forma de esquemas de percepção e apreciação, inscrita nos corpos dos agentes, sendo os esquemas construídos pela oposição feminino/masculino: “ela é grande para uma menina” ou “isso é coisa de menino”. As mulheres são colocadas permanentemente “em um estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica” (BOURDIEU, 2019, p. 111).

[...] elas existem primeiro pelo e para o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Dela se espera que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas (BOURDIEU, 2019, p. 111).

O corpo da mulher sofre uma espécie de autodepreciação e desvalorização, o corpo deve seguir padrões estéticos inalcançáveis, impostos pela moda. Ao corpo do homem, é submetido o dever de afirmar sua virilidade, estendida à capacidade produtiva, sexual e

social, sobretudo, a prática da violência. A virilidade deve ser validada por outros homens, reconhecendo sua masculinidade. A honra da mulher deve ser mantida através de sua virgindade e fidelidade. Em compensação, a virilidade dos homens está sempre vulnerável, sob ameaça da feminilidade. A masculinização do corpo masculino e a feminização do corpo feminino ocorrem por meio do adestramento dos corpos, com o propósito de serem inclinados para entrar nos jogos sociais (BOURDIEU, 2019).

Desse modo, a ordem masculina, por intermédio da visão androcêntrica, se impõe como neutra, dispensando justificação, ao contrário do feminino, que é expressamente caracterizado. Aprende-se e incorpora-se, “sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina” (BOURDIEU, 2019, p. 17). A dominação, por sua vez, é assegurada por meio do que o autor chama de violência simbólica. A dominação masculina seria uma espécie de poder: uma “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas” (BOURDIEU, 2019, p. 12). É através da sociedade, que naturaliza certos comportamentos, e por meio de repetições aprendidas socialmente, nas instituições como a família, igreja, escola e Estado, que se contribui para reproduzir e legitimar esse poder. A perpetuação ocorre em outras estruturas, como os meios de comunicação e esportes. Até mesmo no universo privado, como a unidade doméstica e familiar. A lógica da dominação é aprendida e reconhecida pelo dominante e pelo dominado, de forma geral, simbólica, pode ser uma maneira de falar, de agir ou pensar. Os dominantes impõem sua visão, construída como senso comum, quase natural, resultando na incorporação de classificações, tais como menina/menino, alto/baixo, etc. Os dominados, por sua vez, podem até ajudar, ao aceitar tacitamente os sistemas impostos e, ainda, aplicam a toda realidade os esquemas de pensamentos incorporados (BOURDIEU, 2019). O poder simbólico é definido como sendo “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7). Os atos de conhecimentos são considerados ações de “reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que “faz”, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre” (BOURDIEU, 2019, p. 62).

Este tipo de violência é incorporado por toda sociedade, sendo que, até mesmo os atores coadjuvantes no campo da política podem sofrer classificações, em virtude de sua aparência. Nas redes sociais, repercutiu a diferença de idade entre a primeira-dama francesa

Brigitte Macron e a primeira-dama brasileira Michelle Bolsonaro, a primeira é 24 anos mais velha que o seu marido. Nesse contexto, um seguidor de Jair Bolsonaro (PSL) publicou uma foto comparando as duas com a seguinte legenda “É inveja do Macron pode crê”. O perfil do presidente respondeu: “Não humilha cara. Kkkkkkk”¹⁹. O comentário ocorreu em meio a uma discussão política, entre o presidente Jair Bolsonaro (PSL) e o presidente francês, Emmanuel Macron. Ainda que as mulheres citadas não sejam representantes eleitas, são alvos de ataques, pois estão indiretamente envolvidas no jogo político.

No cenário internacional, na época das eleições nos Estados Unidos da América, o então candidato Donald Trump, agora presidente, realizou uma declaração agressiva sobre a sua adversária, a então candidata Hillary Clinton “que como ela não conseguiu 'satisfazer' o marido, não poderia 'cumprir' as exigências de uma presidência do país”²⁰. Nesse cenário, Laura Chinchilla, ex-presidente da Costa Rica e Dilma Rousseff (PT), ex-presidente do Brasil, também foram alvos de ofensas e descritas como “marionetes” de outros homens. É possível observar que, quando mulheres são eleitas e, ao assumirem um cargo representativo, elas rapidamente sofrem uma desvalorização, através de sua imagem e pela sexualização de seus corpos. É frequente a descrição de seu humor ou comportamento, normalmente considerado histérico²¹, ainda que tenham reações semelhantes aos homens. Por exemplo, ao homem cabe o adjetivo como “forte”, ao ter uma postura firme. A mulher, tendo as mesmas ações, é julgada como “mandona”, “rígida” e “difícil”.

Em 2016, a Revista *IstoÉ* publicou uma edição com a capa abaixo (Figura 03), onde consta a ex-presidente Dilma Rousseff, com a seguinte frase: “As explosões nervosas da presidente”. Na imagem, ela aparece com uma expressão cuja atribuição leva a crer que possa estar “descontrolada”. A edição traz uma matéria na qual retrata a ex-presidente como uma autoridade desequilibrada e sem condições emocionais de comandar o país em um período de crise do governo. Um dos trechos da reportagem afirma: "a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca", ou ainda, "a medicação nem sempre

¹⁹ MENDES, G. L. Não humilha: Bolsonaro comenta postagem machista comparando Michele com esposa de Macrón. **Revista Fórum**. 12 ago. 2019. Disponível em: <[https://revistaforum.com.br/politica/nao-humilha-bolsonaro-comenta-postagem-machista-comparando-michele-com-esposa-de-macron/amp/](https://revistaforum.com.br/politica/nao-humilha-bolsonaro-comenta-postagem-machista-comparando-michele-com-esposa-de-macron/)>. Acesso em: 19 set. 2019.

²⁰ DINIZ, D.; CARINO, G. Política e misoginia: por que é a hora de as mulheres levarem uma cadeira portátil à mesa. **El País**. 31 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/31/opinion/1548964060_458044.amp.html>. Acesso em: 19 set. 2019.

²¹ Vale destacar que a histeria era considerada uma doença feminina, ligada à insatisfação sexual ou ao desejo de procriar. A partir do século XX, a histeria masculina passou a ser considerada nos discursos médicos (NUNES, S. A., 2010)

apresenta eficácia, como é possível notar", conclui em outro²². A matéria ainda compara Dilma com a rainha Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana de Bragança, conhecida como “Maria I, a Louca”.

Figura 03 - Capa da revista IstoÉ: “As explosões nervosas da presidente”:



Fonte: Revista IstoÉ (2016).

Nessa questão do corpo para o outro, quando as mulheres acessam o poder, elas podem acabar se colocando em uma situação complexa: ao atuar conforme os homens, movidas por uma estratégia de legitimação neste campo, elas evidenciam outros atributos e acabam perdendo a sua “feminilidade”, ao mesmo tempo em que ameaçam o direito natural dos homens às posições de poder, pois, se elas agem como mulheres, parecem incapazes e desqualificadas para ocupar esse lugar (BOURDIEU, 2019).

Sendo assim, a força simbólica exerce sob os corpos uma forma de poder, sem que haja coação física. As estruturas de dominação são a-históricas, com efeito, elas são produto de um trabalho de reprodução, onde participam agentes já citados, como as

²² **REVISTA ISTOÉ.** Uma presidente fora de si. 01 abr. 2016. Disponível em: <https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/>. Acesso em: 19 set. 2019.

famílias, Igrejas, Escola e Estado. Ainda que haja conquista de direitos e inclusão de políticas, a autoexclusão exerce rejeição nos lugares públicos. A responsabilização dessa rejeição sugere que as mulheres são submissas ou, até mesmo, que gostam dessa dominação. Longe disso, a culpabilização da vítima colabora com a reprodução dos mecanismos de dominação. Vale lembrar que a dominação cria efeitos duradouros inscritos nos corpos e nas coisas. A violência simbólica é um dos efeitos característicos dessa submissão encantada. O consentimento da dominação tende a anular toda a responsabilidade do opressor e culpar o oprimido (BOURDIEU, 2019).

A violência simbólica não se processa senão através de um ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato este que se efetiva aquém da consciência e da vontade e que confere seu “poder hipnótico” a todas as suas manifestações, injunções, sugestões, seduções, ameaças, censuras, ordens ou chamadas à ordem. Mas uma relação de dominação que só funciona por meio dessa cumplicidade de tendências depende, profundamente, para sua perpetuação ou para sua transformação [...] particularmente da estrutura de um mercado de bens simbólicos cuja lei fundamental é que as mulheres nelas sejam tratadas como objetos que circulam de baixo para cima (BOURDIEU, 2019, p. 75).

A violência nem sempre ocorre de forma imperceptível. Recentemente, o Presidente Jair Bolsonaro (PSL) teve que publicar uma nota de retratação, pedindo desculpas pelas declarações dadas em 2003 e 2014, ofendendo a Deputada Maria do Rosário (PT). Na época, Bolsonaro ainda era Deputado Federal. Na ocasião, além de proferir xingamentos, ele chega a empurrar a parlamentar. No ano de 2014, Bolsonaro disse: “Há poucos dias, tu me chamou de estuproador, no Salão Verde, e eu falei que não ia estuproar você porque você não merece. Fica aqui pra ouvir” (GALVANI, 2019). Tal pronunciamento reforça o caráter machista da sociedade e é considerado um dos fatores principais para a baixa presença de mulheres no parlamento (SENADO FEDERAL, 2015).

A estrutura do mercado de bens simbólicos é regida pelo princípio da inferioridade e da exclusão da mulher, o que cria uma divisão em todo o universo. Nessa estrutura, o dispositivo central é o mercado matrimonial, pois, na construção social das relações de parentescos e do casamento é que se estabelece que as mulheres são objetos de troca. A base de toda ordem social está na produção e reprodução do capital simbólico e sua perpetuação é definida segundos os interesses dos homens. Inclusive, a reprodução das condições de acesso garante a reprodução social, que visa o acúmulo de capital, como poderes e direitos e capital simbólico. O princípio da divisão fundamental organiza todo o mundo social e a economia da reprodução biológica. Em algumas tradições, a gestação e o

parto são praticamente anulados se comparados à fecundação, trabalho considerado masculino (BOURDIEU, 2019).

A divisão sexual pode ser entendida como a divisão baseada nas atividades produtivas associadas ao trabalho, assim como a divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico. Os homens possuem o monopólio das atividades oficiais, públicas e de representação. Por outro lado, a divisão sexual está inscrita nos protagonistas da economia de bens simbólicos. Às mulheres, coube o exercício de atividades consideradas não produtivas, como o trabalho doméstico, por não propiciar ganhos monetários. A reprodução do capital simbólico é assegurada pelos detentores do monopólio, objetivando a produção e conservação desse capital, através de estratégias econômicas, de fecundação, matrimoniais, educativas, orientadas para transmissão dos poderes para seus herdeiros. As mulheres são excluídas desse jogo, uma vez que não transitam pelos lugares públicos (BOURDIEU, 2019).

Nessa divisão sexual, as mulheres estão ocupando posições ditas “femininas”, contribuindo para reforçar as estruturas de dominação. O que é chamado de “vocaçãõ” da mulher” seria apenas o que lhe foi atribuído através dos processos históricos. Vítimas dessa dominação simbólica, passam a ter de cumprir os afazeres com “felicidade”, devido às suas virtudes socialmente atribuídas como sendo de gentileza, submissão e docilidade. Por tudo que se espera da mulher, como “sexo frágil”, elas têm dificuldades de se impor ou de impor a própria palavra (BOURDIEU, 2019).

Quando elas participam de um debate público, têm que lutar permanentemente para ter acesso à palavra e para manter a atenção, e a diminuição que sofrem é ainda mais implacável [...] cortam-lhes a palavra, orientam, com a maior boa-fé, a um homem a resposta a uma pergunta inteligente que elas acabam de fazer (BOURDIEU, 2019, p. 100).

Diante desse quadro, para conseguir impor-se, o autor afirma que são utilizadas “armas dos fracos”, que reforçariam estereótipos como: o brilho, que usualmente é visto como um capricho ou exibição qualificada de histeria; a sedução, que substancia as relações de dominação simbólica. Desse modo, a violência simbólica não se aplica na ordem das ações conscientes. As reivindicações de direitos são reduzidas a meros caprichos. Como resultado, é recebida uma palavra para apaziguar ou gestos de conformismo. Outro caso comum é a utilização da feminilidade para desviar a atenção para o cabelo da mulher, ou para um traço do seu corpo, dirigindo a palavra com termos íntimos “minha querida” ou

“menina”, mesmo que a ocasião seja formal. Assim, percebe-se que essas condutas contribuem para reduzir as mulheres a uma posição inferior, e seus efeitos são refletidos na representação de mulheres em posições de poder, sobretudo econômico e político (BOURDIEU, 2019).

O machismo discursivo é considerado um tipo de dominação, por meio da linguagem. O termo envolve um conjunto de práticas como a ridicularização, desqualificação de argumentos e falas de cunho autoritário. É necessário salientar que, no campo político, o discurso é considerado um exercício do poder de forma legítima. O discurso em comissões ou sessões do Plenário é uma forma de expor ideias e opiniões e quaisquer formas de interferência são consideradas tipos de violência (BARROS; BUSANELLO, 2019).

Nessa lógica, novas nomenclaturas foram surgindo para os diferentes tipos de violência simbólica e dominação, no que diz respeito ao discurso e linguística, conceituadas como práticas contemporâneas sexistas, dentre elas o *maninterrupting*, o *bropropriating*, o *mansplaining* e o *gaslighting*. O termo *maninterrupting* é derivado da junção de duas palavras, *man* + *interrupting*, que significa “homem que interrompe”. O termo é usado para expor o hábito recorrente dos homens em interromper ou quando não conseguem concluir suas colocações devido a interrupções desnecessárias (BARROS; BUSANELLO, 2019; LIGUORI, 2015).

A expressão *bropropriating* é utilizada para designar a ação do homem, ao se apropriar das ideias das mulheres e assumir como se fossem de sua autoria. A palavra é uma junção de duas palavras em inglês *bro* (abreviação de *brother*) + *appropriating* = “homens que se apropriam”. O vocábulo *mansplaining* ocorre quando o homem tenta explicar algo óbvio de forma infantilizada, como se as mulheres não fossem capazes de compreendê-los ou quando desmerecem o conhecimento de uma mulher. A palavra vem da derivação de duas outras, *man* (homem) + *explaining* (explicar) = *mansplaining*, na tradução livre “homens que explicam”. Já o termo *gaslighting* designa a utilização da violência emocional e psicológica, com o objetivo de que a mulher e outros acreditem que ela enlouqueceu ou que é incapaz (BARROS; BUSANELLO, 2019; LIGUORI, 2015).

Nos espaços de poder, por toda educação recebida, as mulheres são preparadas a entrar no jogo por procuração, numa posição subordinada ao homem. Nessa concepção, as mulheres não são capazes de defender os seus próprios direitos, elas necessitam de um representante. A dominação ocorre de tal forma que seus efeitos são como uma cegueira,

levando as mulheres a desvalorizar todas as conquistas do movimento feminista. Esse resultado é fruto de um trabalho de eternização, que precisa ser desconstruído (BOURDIEU, 2019).

Apesar disso, a mudança dessa visão ocorre, sobretudo, através do trabalho do movimento feminista. Essa ruptura vem do questionamento da condição feminina, luta pelo aumento do acesso à educação e ao trabalho assalariado, pelo distanciamento das tarefas domésticas, pelo controle das funções reprodutivas, pelo adiamento da procriação e elevação dos percentuais de divórcio. A independência econômica foi fundamental para transformar as estruturas familiares e possibilitar novas configurações de famílias. A ruptura com os mecanismos históricos e a discriminação simbólica, responsáveis pela eternização das estruturas da divisão sexual, se dão através da iniciativa de mobilização, manifestada principalmente pela luta política, mediante uma ação coletiva de resistência, “capazes de abalar as instituições, estatais, jurídicas, que contribuem para eternizar sua subordinação” (BOURDIEU, 2019, p. 10).

Para desconstrução das estruturas de dominação, se faz necessária uma ocupação dos lugares de poder. O meio legítimo para isso é a posse de um cargo representativo. Sob outra perspectiva, existem diversas formas de se fazer presente, como a atuação na Sociedade Civil, através dos movimentos sociais, grupos de pressão e interesse, sindicatos, organizações profissionais e organizações não-governamentais. Nesse sentido, o próximo capítulo irá explorar as discussões em torno do tema representação na política e seus desdobramentos.

3.2 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

O sistema representativo, em sua interpretação mais ampla, refere-se às instituições que organizam o Estado, sendo condição essencial para seu funcionamento e para a organização democrática do poder (BONAVIDES, 2000), que diz respeito à relação que há entre a Sociedade Política e o Poder. Esse poder se manifesta através da vida pública, mais especificamente, quando a comunidade se articula e produz um representante (GUSSI, 2009).

O termo de origem latina *representare* significa “tornar presente” ou “apresentar novamente”. Pitkin (2006) explica que o conceito de representação ainda é abstrato e pode ser entendido como um fenômeno político e cultural. Miguel (2003) observa a

complexidade no conceito de representação política, visto que a polissemia da palavra “*representar*” interfere na interpretação dos diferentes usos. A palavra representar, ou representação, possui diferentes aplicações no campo da literatura, nas artes visuais, artes cênicas e no campo jurídico, dentre outros. Pitkin (1967) desenvolve quatro tipos de visões sobre a representação: formalística, descritiva, simbólica e substantiva. A representação formalística refere-se à representação por autorização prévia, dando direito ao representante de representar e, também, a representação por responsabilização, ou seja, os processos que envolvem a prestação de contas, *accountability*²³. Na representação descritiva, o representante não atua por seus representados, mas os substitui, como um espelho ou reflexo. O terceiro tipo, a representação simbólica, implica na utilização de símbolos e signos para tornar presente algo ausente. Na representação substantiva, defendida pela autora, o representante possui certo grau de liberdade para agir. O agir pelos representados não é estar sempre de acordo com as suas vontades, “a representação aqui significa agir no interesse dos representados, de uma maneira responsiva a eles” (PITKIN, 1967, p. 209).

No século XVIII, com o intuito de construir um governo limitado, produziu-se duas escolas distintas de pensamento: o modelo eleitoral de democracia e um modelo representativo. O primeiro combina o elitismo nas instituições políticas e legitimação popular, obtida através da votação nas eleições. Nessa perspectiva, “a representação se funda no princípio da divisão do trabalho e em uma seleção funcional de *expertise*” (URBINATI, 2006, p. 192). A segunda escola enxergava a representação e especificamente a eleição como uma expressão do direito de participação da produção das leis. A representação, nessa visão, era um processo político que conectava sociedade e instituições (URBINATI, 2006).

Um representante político é único *não* porque substitui o soberano na aprovação das leis, mas precisamente porque ele *não* é um substituto para o soberano ausente [...], uma vez que ele precisa ser constantemente recriado e estar dinamicamente em harmonia com a sociedade para aprovar leis legítimas [...] O juízo e a opinião são sedes da soberania tanto quanto a vontade, se *admitirmos* a soberania como correspondendo a uma *temporalidade ininterrupta* e a influência incalculável dos princípios e ideais básicos concernentes ao interesse geral, que transcendem os atos de decisão e eleição (URBINATI, 2006, 194).

A adoção do método eleitoral desencadeou uma separação entre Sociedade e Estado. Ao mesmo tempo, evidenciou o papel das ideias na política. A representação não pode ser limitada a um contrato, firmado na nomeação de políticos, porque ela está

²³ Termo da língua inglesa que remete à responsabilidade e transparência.

constantemente em movimento, sendo recriada pela sociedade. Nos duzentos anos de história, três perspectivas da representação se destacam: jurídica, institucional e política. As teorias jurídicas e institucionais se assemelham. Ambas são baseadas na analogia entre Estado e Pessoa e são expressas em linguagem formalista da concessão de autorização para realizar uma ação. Em compensação, a delegação e a alienação são polos extremos desse sistema jurídico institucional. O modelo jurídico pressupõe que os eleitores julgam as qualidades pessoais dos candidatos, ao invés de suas ideias e projetos políticos. A teoria política rompeu com os dois modelos anteriores. Ela concebe uma representação dinâmica que reflete uma transformação democrática e um crescimento do mundo complexo de opiniões, “uma vez que toda presença é um artefato do discurso” (URBINATI, 2006, p. 203).

As múltiplas fontes de informação e as variadas formas de comunicação e influência que os cidadãos ativam através da mídia, movimentos sociais e partidos políticos dão o tom da representação em uma sociedade democrática, ao *tornar o social político* (URBINATI, 2006, 202).

Com o sistema representativo, surgem duas doutrinas, denominadas duplicidade e identidade. Sob o ponto de vista da duplicidade, o representante político possui uma

[...] vontade distinta daquela do representado, e do mesmo passo, fértil de iniciativa e reflexão e poder criador. Senhor absoluto de sua capacidade decisória, volvido de maneira permanente — na ficção dos instituidores da moderna ideia representativa — para o bem comum, faz-se ele órgão de um corpo político espiritual — a nação, cujo querer simboliza e interpreta, quando exprime sua vontade pessoal de representante (BONAVIDES, 2000, p. 259).

Para a regra da duplicidade, caberia ao povo somente escolher os representantes e sua justificativa era respaldada na incapacidade dos eleitores em governar. Contudo, alguns dilemas foram surgindo e foi preciso refrear a autonomia dos representantes. O Estado adotou meios constitucionais, como a introdução do princípio da disciplina partidária, que prevê sanções, como a perda de mandato (BONAVIDES, 2000).

Em compensação, o fundamento da identidade surge, com sociedades em massa e maior organização dos partidos e grupos de interesse. Essas agremiações são fortalecidas pela idealização da participação aberta, sem que haja exigência de renda ou sexo. Segundo essa lógica, o poder é retirado do representante, prevalecendo a vontade dos governados. Consiste que o exercício do mandato seja efetuado, de modo que a soberania popular prevaleça. Apesar disso, a duplicidade ainda perdura de maneira formal nos textos

constitucionais, em algumas nações. Não obstante, algumas Constituições introduzem um texto híbrido, com traços do princípio da identidade, ao incluir fiscalização severa (BONAVIDES, 2000).

Os efeitos da doutrina da identidade, como a vontade e soberania do povo, foram desmembrados entre os grupos de interesse e pressão e pelas organizações partidárias e profissionais. Os grupos buscam retratar um maior pluralismo de classes e interesses (BONAVIDES, 2000). Miguel (2003) salienta a importância da organização de grupos sociais, na representação política, a partir da Sociedade Civil, envolvendo o debate político. Os meios de comunicação também exercem uma função representativa, assim como os fóruns de participação, pois são espaços privilegiados de disseminação de opiniões e conseguem promover pautas para a agenda pública (MIGUEL, 2003).

Ainda assim, são frequentes as reclamações sobre o sistema de representação. As minorias, de forma geral, não se sentem devidamente representadas nos órgãos de tomada de decisão. Essa é uma das razões para a inclusão de medidas que assegurem maior representação desses grupos. Em função disso, são elaboradas propostas para o processo de representação, defendendo medidas para inclusão de grupos sub-representados, especialmente as minorias, ou que estão sujeitos a desigualdades estruturais (YOUNG, 2006). No caso das mulheres, pode ser chamada de exclusão estendida, pois na cidadania já há uma exclusão formal inicial e seus efeitos se refletem indiretamente na seleção de representantes (ARAÚJO, 2012).

Ativistas do mundo todo afirmam que legislaturas ocupadas predominantemente por homens não podem representar devidamente as mulheres. Em vista disso, alguns governos tomaram medidas para proporcionar maior presença feminina na política, em geral, com a introdução do sistema de cotas. Entretanto, as propostas são alvo de objeções. Dentre elas, a presunção de que as diferenças sociais irão aumentar. A segunda objeção alega que as minorias possuem interesses comuns que podem ser representados por qualquer pessoa, o que, na maioria das vezes, não é verdade. As desconfianças sobre esses projetos, em parte, se devem a mal-entendidos sobre a natureza da representação. Frequentemente, a representação é entendida como uma relação de substituição, entre quem representa e quem é representado. Todavia, a representação envolve uma relação mediada dos eleitores com um representante, e pode ser conceituada como um “relacionamento diferenciado entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo” (YOUNG, 2006, p. 142).

A representação é necessária porque a rede da vida social moderna frequentemente vincula a ação de pessoas e instituições num determinado local a processos que se dão em muitos outros locais e instituições. Nenhuma pessoa pode estar presente em todos os organismos deliberativos cujas decisões afetam sua vida, pois eles são numerosos e muito dispersos. Ainda que as expectativas de um cidadão sejam frequentemente desapontadas, ele espera que outros pensem em situações como a dele e as representem nos respectivos fóruns de discussão (YOUNG, 2006, p. 144).

Nesse sentido, o incremento de fóruns participativos de discussão política, fomentados pela Sociedade Civil, fortalece a democracia participativa. No entanto, após eleger seus representantes, os cidadãos são desestimulados a participarem das discussões e decisões. O processo de representação envolve as conexões que há entre os eleitores e os representantes. Em alguns casos, elas enfraquecem e rompem a ligação. A conexão pode ser mantida por meio de antecipações dos momentos de autorização e prestação de contas. O processo de autorização demanda organização de uma agenda com os principais pontos de luta e de forma participativa. O representante está autorizado a agir, ao mesmo tempo que sofre avaliação dos eleitores. Por essa razão, os governantes devem realizar a prestação de contas de suas ações (YOUNG, 2006).

A responsabilidade do representante não é simplesmente expressar um mandato, mas participar das discussões e debates com outros representantes, ouvir suas questões, demandas, relatos e argumentos e com eles tentar chegar a decisões ponderadas e justas. Os diferentes grupos e segmentos da sociedade dialogam melhor em suas diferenças por meio de representantes que se encontram e ouvem uns aos outros, abertos à possibilidade de mudar suas posições (YOUNG, 2006, p. 154).

De modo geral, há três maneiras através das quais uma pessoa pode ser representada: interesses, opiniões e perspectivas. De acordo com a autora, se sentir representado no processo político diz respeito a essas três categorias:

Primeiramente, sinto-me representado quando alguém está cuidando de interesses que reconheço como meus e que compartilho com algumas outras pessoas. Em segundo lugar, é importante para mim que os princípios, valores e prioridades que penso deveriam nortear as decisões políticas sejam verbalizados nas discussões que as deliberam. Por fim, sinto-me representado quando pelo menos algumas dessas discussões e deliberações sobre políticas captam e expressam o tipo de experiência social que me diz respeito, em razão da minha posição num grupo social e da história das relações desse grupo social (YOUNG, 2006, p. 158).

Para a autora, “interesses” é o que concerne a vida do indivíduo, já “opiniões” seriam os valores, princípios e prioridades tomados pelo sujeito. As opiniões estão ligadas às crenças, que podem ser religiosas ou baseadas numa visão de mundo. Algumas opiniões podem ser contestáveis e mal fundamentadas. Porém, devem ser discutidas e levadas em consideração. Os partidos políticos são os principais difusores da representação das opiniões. Essas duas manifestações seriam os principais norteadores da representação no processo político. Por último, a perspectiva social é entendida como um conjunto de atributos comuns de um determinado grupo. No campo social, alguns grupos possuem posições semelhantes, o que sugere que eles tenham pontos de vistas próximos sobre o que ocorre ao seu redor. A perspectiva social consiste nas experiências e no “ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam” (YOUNG, 2006, p. 164).

A ideia de democracia representativa ainda é recente. Ao passo que a democracia se sustenta na igualdade entre os cidadãos, a representação se manifesta através da eleição de um representante. Essa seleção “postula a existência de indivíduos melhor preparados para ocupar os cargos públicos e é, portanto, um mecanismo aristocrático” (MIGUEL, 2003, p. 130). De forma geral, a representação política está centrada no voto e no exercício do poder, especialmente na escolha de representantes para a tomada de decisão (MIGUEL, 2003). A política é organizada por meio de uma estrutura, sendo a eleição de representantes o seu principal mecanismo legitimador. “O voto constitui a forma de escolher e legitimar a representação política e os partidos o canal que a viabiliza” (ARAÚJO, 2005, p. 194).

Dessa maneira, as chances de acesso das mulheres à política e as formas de inserção nos partidos são coordenadas a partir de três aspectos: legitimidade do movimento feminista como propulsor de direitos, conquista de espaço e participação na educação e no trabalho e a experiência de cotas. O acesso das mulheres na política está condicionado por um conjunto de fatores que ultrapassa a engenharia do sistema eleitoral. Entretanto, a engenharia possui um peso razoável, que pode influenciar no ingresso da mulher na política. Quando falamos de engenharia eleitoral, um dos pontos é justamente as cotas. Há evidências de que os sistemas proporcionais são mais favoráveis às mulheres, acompanhados dos sistemas mistos. Partidos que não incluem pessoas oriundas de grupos sociais considerados minorias, em geral, são vistos como discriminatórios. Do mesmo modo, os sistemas pluripartidários característicos da representação proporcional, isto é,

sistemas que contam com três ou mais partidos, tendem a apresentar proporção mais elevada de mulheres eleitas (ARAÚJO, 2005).

Outro aspecto que vai além da engenharia é o contexto partidário, como as dimensões ideológicas. Historicamente, o engajamento político de mulher é mais estimulado pelos partidos de esquerda. Contudo, nas últimas décadas, os partidos, de forma geral, foram incluindo a temática da mulher em suas agendas, principalmente induzidos pelo peso que o eleitorado feminino possui. A diferenciação da militância ocorre também nos partidos à esquerda, que possuem uma trajetória de ativismo e incentivo aos candidatos. Já nos partidos de direita, a maioria não participa de momentos de ativismo antes de concorrer ao pleito. Os partidos possuem internamente uma dimensão organizacional que também pode influenciar a inserção das mulheres. Assim, percebe-se que os partidos que possuem estrutura interna com características dinâmicas e institucionalizadas apresentam políticas favoráveis às mulheres. Contrariamente, partidos em que predomina a informalidade e a cultura de decisões personalizadas, onde o poder está somente na mão de alguns dirigentes, desencorajariam o ingresso de mulheres (ARAÚJO, 2005).

O sistema partidário brasileiro possui particularidades, como o personalismo. O personalismo é caracterizado como uma prática de política individualizada, caracterizada por líderes fortes e carismáticos. Tanto o processo eleitoral em si, com candidaturas individuais, quanto a cultura política, marcada por práticas de clientelismo. Esses dois últimos fatores enfraquecem a dimensão coletiva e, por outro lado, incentivam práticas de patronagem e parentelismo. Nos partidos, ainda que haja um comprometimento por parte da direção, com políticas inclusivas, o fato de não existir vínculos mais estreitos ou, até mesmo, familiares, dificulta iniciativas na política (ARAÚJO, 2005).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de pesquisa não estruturada e exploratória auxilia o pesquisador e proporciona percepções e compreensão do contexto do problema. Este tipo de pesquisa pode ajudar a definir melhor o problema, bem como desenvolver uma abordagem (MALHOTRA, 2006).

Segundo Gil (2008), uma das particularidades da pesquisa exploratória é a proximidade entre o problema que se busca analisar e o pesquisador. De acordo com o autor, a pesquisa de caráter exploratório compreende técnicas como pesquisa bibliográfica, entrevistas com indivíduos que, de alguma maneira, se relacionam ou já se relacionaram com o objeto de estudo e exame de exemplos que visem à compreensão desse assunto.

O método utilizado foi o qualitativo, focado na análise da trajetória de vida. Ademais, a pesquisa qualitativa:

[...] envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de caso; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais, históricos, interativos e visuais – que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

O método qualitativo é adequado para analisar percepções e opiniões que os indivíduos estudados possuem. Além disso, os sujeitos de pesquisa devem ser entendidos como atores sociais, e suas opiniões, crenças e valores devem ser respeitados (MINAYO, 2009).

Com o intuito de atingir os objetivos da pesquisa, a principal fonte escolhida para a coleta de dados foi a realização de entrevistas em profundidade, com roteiros semiestruturados. O roteiro de entrevistas foi elaborado a partir da literatura e objetivos propostos pelo estudo. A entrevista em profundidade realizada com roteiro aberto busca atentar-se até mesmo a pequenos gestos, tom de voz, de modo a trazer mais efetividade nos resultados (MALHOTRA, 2006).

A seleção das entrevistas teve como critério para participação: mulheres que já foram eleitas para cargos no poder legislativo ou que atualmente são parlamentares, seja como vereadoras e deputadas. Foi estabelecido o campo geográfico da cidade de Porto Alegre/RS, precisamente a Câmara de Vereadores de Porto Alegre e a Assembleia

Legislativa do Rio Grande do Sul, por uma questão de acessibilidade. Foram submetidos cerca de 15 convites para mulheres que atingissem os critérios estabelecidos anteriormente e cinco delas aceitaram participar dessa pesquisa. Cabe citar o quão fundamental foi realizar as entrevistas de acordo com a disponibilidade de horário de cada entrevistada, visto que estas estruturam suas agendas de formas totalmente diferentes. As entrevistas foram realizadas presencialmente, com o apoio de um roteiro previamente estruturado (APÊNDICE A), contemplando temas considerados centrais para o entendimento das percepções da representação da mulher na política e das relações de poder. Por esse ângulo, a pesquisa qualitativa tem o “objetivo e uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 65).

A coleta de dados ocorreu no período de agosto e setembro de 2019, na cidade de Porto Alegre/RS. Para que a gravação pudesse ser realizada, as pesquisadas foram convidadas a assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE B). O tempo médio das entrevistas foi de uma hora e todos os encontros ocorreram nos gabinetes das entrevistadas. O tempo de espera das entrevistas foram cerca de meia hora, levando em conta a agenda concorrida das representantes. Na sala de espera, foi possível observar o ambiente dinâmico e de grande agitação nos gabinetes. Na sala de espera, havia materiais informativos acerca do mandato, além de decorações com bandeiras e adereços. As entrevistas foram realizadas dentro da sala das vereadoras e deputadas, sem a presença de terceiros.

Inicialmente, foram levantadas informações acerca do perfil das entrevistadas, como: cargo, partido, tempo na política, idade, estado civil, número de filhos e faixa etária dos mesmos e ocupação anterior. Segue abaixo o quadro do perfil das pesquisadas.

Quadro 01 - Perfil das Pesquisadas:

Entrevista da	Cargo	Partido	Tempo na Política	Idade	Estado Civil	Número de Filhos	Ocupação Anterior
E1	Vereadora	PSD	3 anos	52 anos	Divorciada	2 (19 e 26 anos)	Comerciante
E2	Vereadora	PSOL	3 anos	30 anos	União Estável	-	Professora
E3	Deputada Estadual	PT	19 anos	56 anos	Casada	2 (26 e 23 anos)	Professora

E4	Deputada Estadual	PRB	1 ano	41 anos	Casada	2 (10 e 12 anos)	Farmacêutica e empresária
E5	Deputada Estadual	PSOL	25 anos	48 anos	Casada	1 (31 anos)	Professora e Advogada

Fonte: elaborado pela autora.

Nesta pesquisa, optou-se pela análise de conteúdo, com o objetivo de descobrir o que está abaixo da superfície, ou seja, ir além do que foi comunicado. Particularmente, a análise temática de conteúdo, como o próprio nome indica, tem como ideia central o tema, que pode ser expresso através de uma palavra ou frase que possui significado para a análise (MINAYO, 2009).

Operacionalmente, a análise temática desdobrou-se nas seguintes etapas: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação ou inferência. A pré-análise envolve a leitura fluente do material coletado e elaboração de hipóteses ou pressupostos. A leitura possibilita contato intenso com o material de campo, o que pode constituir pressupostos iniciais relacionados com as teorias estudadas. A organização dos dados deve ser realizada para se obter um mapeamento do trabalho de campo. Num segundo momento, procurou-se estabelecer um sistema de classificação (MINAYO, 2009).

Nessa abordagem, as categorias foram construídas ao longo do processo da análise. As categorias foram resultados de esforço, criatividade e perspicácia, da parte do pesquisador, exigindo uma leitura exaustiva para definir o que é essencial, em função dos objetivos propostos. A categorização é um processo que envolve a classificação, por meio do agrupamento de elementos, ideias ou expressões (MINAYO, 2009).

Na última etapa, também conhecida como inferência, foram realizadas deduções, de maneira lógica. A inferência estaria entre a pura descrição do conteúdo e a interpretação propriamente dita. A interpretação envolve a discussão dos resultados da pesquisa numa perspectiva ampla, ao tentar atribuir um grau de significação para os conteúdos analisados. Ao chegar na parte da interpretação, o pesquisador deve realizar uma síntese entre os resultados obtidos e a perspectiva teórica escolhida. Em suma, “a interpretação consiste em relacionar as estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados presentes na mensagem” (MINAYO, 2009, p. 91).

5. ANÁLISE DE DADOS

Os resultados encontrados foram analisados, com base no cruzamento, na revisão teórica e nos dados coletados através das entrevistas. As categorias foram fundamentadas por meio dos objetivos e as subcategorias emergiram nos relatos das entrevistadas.

Quadro 02 - Categorias e Subcategorias de Análise:

Categorias	Subcategorias
Desafios e Trajetória das Mulheres na Política	<ul style="list-style-type: none"> • Formas de ingresso na política • Percepções sobre o campo da política • Família e filhos • A relação das mulheres com os movimentos feministas
Relações de poder	<ul style="list-style-type: none"> • Fatores econômicos • Dominação masculina • Violência simbólica • Imagem pública • Religião e conservadorismo
Representação e programas de incentivo às candidaturas	<ul style="list-style-type: none"> • Representação das mulheres • O financiamento e as cotas na política • Alternativas para desigualdades • Agenda política

Fonte: elaborado pela autora.

Na sequência, cada uma das categorias de análise será apresentada e discutida, à luz do referencial teórico utilizado, e ilustrada com falas das entrevistadas.

5.1 DESAFIOS E TRAJETÓRIA DAS MULHERES NA POLÍTICA

A partir da fala das entrevistadas, foi possível identificar quais aspectos da desigualdade de gênero dificultam a sua inserção e permanência na política. Os fatores que tiveram maior relevância foram o papel que a sociedade designa a mulher, a família e os filhos e as percepções sobre o movimento feminista. Para que se compreenda melhor os aspectos anteriores, é necessário analisar as formas de ingresso na política, os motivos impulsionadores para sua inserção e as suas percepções sobre o campo da política.

Foi possível observar que as rotas de ingresso na política estariam divididas da seguinte forma: para as representantes dos partidos de direita²⁴ (E1 e E4), o ingresso foi possível por meio do parentelismo, que se caracteriza por um formato semelhante ao apadrinhamento. Nesses partidos, considerados tradicionais, a base da política é marcada pelo conservadorismo. Nos últimos anos, o Brasil vem passando por processos de perdas de direitos. Os movimentos que trabalham para a restrição e retrocesso dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988 são denominados conservadores (ALMEIDA, 2017).

Enquanto, para as representantes de partidos de esquerda (E2, E3 e E5), a inserção ocorreu por intermédio da militância, que pode ser compreendida como ativismo de uma causa. Ainda que as entrevistas E1 e E4 sejam envolvidas com causas sociais, o ingresso ocorreu por meio de um conhecido ou familiar que já estava inserido na política. O mesmo ocorre com a entrevistada E5 que, ainda que possua um familiar na política, a sua trajetória, segundo ela, é marcada pela militância. Araújo (2005) examina essa diferenciação que ocorre entre os partidos de esquerda e direita, onde a militância é predominante nos partidos à esquerda. Conforme descrito por uma entrevistada:

Comecei a minha trajetória política mais militante e organizada a partir do diretório acadêmico [...] dali, a gente resolve que temos que ter um coletivo que não seja só estudantes, seja um coletivo de trabalhador [...] hoje em dia, se tu não tem um coletivo, eu acho muito difícil, ainda mais sendo uma mulher. (E2)

Outra característica particular do sistema brasileiro é o parentelismo, o estreitamento das relações familiares e amistosas no espaço da política e a patronagem. A entrevistada E4 relata como foi sua inserção na política:

Meu marido se tornou candidato a prefeito. E aí veio o meu questionamento de o que eu faria como primeira-dama de um município [...] eu comecei a entender um pouquinho sobre a política, sobre a oportunidade que a gente tem de fazer coisas que, muitas vezes, mudam a vida das pessoas. [...] acabei me filiando a um partido, que até então eu não era filiada. Meus trabalhos sempre foram sociais dentro do gabinete da primeira-dama, mas sem partido. (E4)

Essas duas falas trazem diferenças substanciais quanto às trajetórias das mulheres de partidos à direita. No caso da entrevistada E4, a figura do marido aparece como canal

²⁴ Segundo o Shalders (2017) o posicionamento dos partidos pode ser entendido como: PRB e PSD são de direita; já os partidos PT e PSOL de esquerda. Além disso, as próprias entrevistadas durante a entrevista comentaram o posicionamento dos partidos que estão filiadas.

central de acesso à candidatura partidária. Esse tipo de entrada na política adquire a imagem de "esposa de político" e, por meio da participação em eventos e atividades sociais, é possível construir uma base de eleitores. No Brasil, é comum a constituição de famílias políticas que, por tradição, gozam de reconhecimento e notoriedade.

Tais características vão ao encontro do fato de que os espaços públicos foram atribuídos aos homens, através dos processos históricos (KERGOAT, 2009), já que foi só no final da década de 1960 que as mulheres começam a debater as questões políticas e sociais (LOURO, 1997). No caso das parlamentares de partidos à esquerda, as trajetórias políticas são predominantemente constituídas no espaço público mais amplo: movimentos sociais, militância em comunidades, movimento estudantil, sindicais e outros.

Outro ponto a destacar é que, sendo que as entrevistadas E3 e E5 nasceram próximas à época em que o Brasil vivia a ditadura militar, ambas afirmaram terem sido fortemente influenciadas pelo contexto de redemocratização do país. A partir disso, elas contam que passaram a compor os grêmios estudantis de suas escolas. A parlamentar E3 expõe como ocorreu a sua trajetória e atribui sua entrada à rede de contatos que constituiu com o sindicato e com as comunidades escolares:

Eu fui presidente do Grêmio, então eu já gostava de organização, de coletivo. [...] Depois, eu comecei a participar e liderar o movimento de professores e também já lutar pela redemocratização do Estado Brasileiro. Nessa experiência real de construir a redemocratização da educação e depois da cidade, que me leva a me organizar no partido político. Eu vou me encaminhar para vereança a partir da atuação no sindicato. (E3)

A vida na política envolve outras dimensões além da ocupação de um cargo propriamente dito. Por exemplo, as organizações de grupos sociais, como as ONGs, os movimentos sociais, os grupos de interesse e pressão, os comitês de orçamento participativo e outras organizações, que se articulam por meio da Sociedade Civil, contribuem para a construção do debate político. Além disso, os meios de comunicação são considerados uma esfera de produção da opinião pública (MIGUEL 2003). A introdução de fóruns participativos para a discussão da política estimula a democracia participativa (YOUNG, 2006). No caso das mulheres, há uma exclusão na sociedade, que acaba refletindo na seleção de representantes (ARAÚJO, 2012).

Os motivos impulsionadores, como a militância e o assistencialismo, nos ajudam a entender a trajetória dessas mulheres na política. O assistencialismo está ligado a toda a questão cultural da mulher. As mulheres, quando saem das atividades ligadas ao lar, no

mercado de trabalho acabam por exercer trabalhos ligados à assistência e apoio (LOURO, 1997). A militância seria o oposto do que lhe foi atribuído historicamente, ao se vincular aos movimentos sociais e feministas, como uma forma de ruptura das estruturas de dominação. As parlamentares de direita apontam que as causas sociais foram a razão para estar na política. A entrevistada E1 declara que o assistencialismo foi um motivo propulsor para o seu ingresso, e nessa fala ela afirma: *“Através da política, eu poderia ser voz das pessoas que não tem voz hoje, representar pessoas que não tem ninguém por elas”* (E1). A parlamentar E4 já trabalhava com demandas sociais no gabinete da primeira-dama de um município e queria dar continuidade a seus projetos.

A entrevistada E5 cita a militância dentro do movimento estudantil e a influência da família com militantes de esquerda como justificativas para estar na política. As entrevistadas E2 e E3 ressaltam que foi um processo de convencimento coletivo. As duas citaram a construção de um projeto político para sociedade. Além disso, foi possível perceber que, ao se referir à sua candidatura, os pronomes utilizados eram no plural.

O convencimento foi de um grande coletivo: ‘Olha, nós precisamos de alguém que nos represente’. Essa ideia de que a democracia representativa com todos os seus limites ela precisava ser disputada, inclusive para ela se aprofundar, ela vem de um convencimento e de um processo de transformação. (E3)

Então tem toda essa estrutura e também tem essa questão da coletividade que me permitiu estar aqui. Então não é uma questão de mérito individual, mérito próprio, bem pelo contrário. (E2)

As entrevistadas E2, E3 e E5 colocam que o coletivo as escolheu para representarem um determinado grupo. A representação é expressa através da eleição de um representante. O processo eleitoral, centrado no voto, postula a existência de representantes melhor preparados para exercer o poder e tomar decisões (MIGUEL, 2003). A representação é assimilada a um processo dinâmico, que reflete a transformação da sociedade e a um conjunto complexo de opiniões que precisam de representantes (URBINATI, 2006).

Um dos aspectos que emergiu na pesquisa foram as percepções que essas mulheres possuem da política. É interesse para contextualizar o ambiente vivenciado e o significado que a política possui para elas. Todas as entrevistadas falaram do valor que a política possui em transformar a sociedade e, no discurso, sobressaem as questões da educação e saúde para a população. As parlamentares E1 e E4 revelaram que a política não estava nos seus planos: *“Se conversasse comigo a um ano e meio atrás, eu nunca seria candidata”* (E4). A

entrevistada E1 usou como exemplo uma fala que deu para uma amiga, ao ser questionada sobre entrar na política “*Tá louca, eu não quero de jeito nenhum ser política, não quero fazer política, vou ajudar as pessoas do meu jeito*” (E1). A deputada E4 salientou a importância da política para a construção da sociedade:

A gente precisa entender que a política é onde tudo começa [...] E aí que vem a escolha que a gente faz dos nossos representantes. Quem eu escolhi pra tá lá me representando? Essa pessoa eu consigo conversar com ela? O que essa pessoa pensa? Eu tenho que ter representantes que realmente me ouça e me representem. (E4)

Nesse sentido, a responsabilidade do representante está relacionada com os debates e especialmente o diálogo com outros grupos. É necessário saber ouvir as questões e demandas da população. O se sentir representado passa pelo reconhecimento que os seus interesses e valores são levados em conta nas decisões políticas (YOUNG, 2006).

As pesquisadas comentaram as dificuldades que são estar nesse campo devido a estrutura “*Na verdade, a política é muito burocrática tem que ter autorização disso e daquilo. E as coisas acabam não acontecendo*” (E1). Já a entrevistada E2, comentou sobre o jogo político “*As pessoas fazem barraco pra tentar cravar o fato político. Faz parte da política. Eu não sei se isso daí é correto. Tento não usar desses elementos*” (E2). As entrevistadas E3 e E5 já estão envolvidas na política há algum tempo e, em seus discursos, não foram mencionadas essas dificuldades. A primeira possui uma trajetória de 19 anos e a segunda de aproximadamente 25 anos.

O papel da mulher na sociedade ainda é um tema que influencia a vida das mulheres que decidem participar da política. As pesquisadas E2, E3 e E5, que pertencem a partidos de esquerda, assinalaram a pressão social que envolve o ambiente doméstico como um dos principais obstáculos.

Vai chegando perto dos 30 anos, vai vendo todas as amigas se formando, casando, noivando, tendo família. A pressão social em torno disso. ‘Resolve a tua vida, para de se preocupar com os problemas do mundo’. Eu acho que essas questões individuais que são ‘roteiro’. (E2)

As construções sociais que se exprimem por meio da divisão sexual, assim como a organização da família e a experiência doméstica, são atribuídas às mulheres. As vivências de meninos e meninas são desiguais, dado que as mulheres, na organização familiar, possuem o papel de cuidar e criar (SCOTT, 1995).

A pré determinação do lugar das mulheres e dos homens. As mulheres mais para o lar. As mulheres para a extensão do lar. Historicamente, as mulheres saem de casa muito depois dos homens e saem para área próximas a atuação considerada e identificada com as características da mulher. Vão trabalhar como professoras, porque em casa nós somos mães educadoras. (E3)

A divisão sexual do trabalho estipula quais afazeres os homens e as mulheres devem exercer e, por meio da hierarquização específica, o trabalho da mulher possui um valor menor. Dessa forma, são determinados os papéis sociais (KERGOAT, 2009).

As pesquisadas de partidos de direita (E1 e E4) não mencionaram os aspectos da divisão sexual. Entretanto, em suas falas, houve a exaltação das características da mulher, quase como um “dom” para realizar determinadas atividades. Além disso, segundo E4 “*A gente tem a parte emocional, porque a mulher é diferente do homem. (...). Eu sempre digo que ao lado de um grande homem tem que ter uma grande mulher. Ao lado, ela não tem que estar à frente, nem atrás*” (E4). As parlamentares E3 e E5 evidenciam o papel do marido como apoiador e companheiro “*Eu conciliei bem, mas é difícil o casamento resistir a isso quando a visão do parceiro é uma visão tradicional*” (E3). Ainda que seja mencionada uma diferenciação entre homens e mulheres, a característica exaltada pelas entrevistadas E1 e E4 é o lado emocional.

Em relação à família, todas declaram que abrem mão de estarem presentes para exercerem os seus ofícios. A participante E3 conta que, diversas vezes, teve que delegar os cuidados dos filhos à terceiros e que sentiu um peso da sociedade “*Uma carga que colocam sobre a mulher*” (E3). A entrevistada E4 disse que realizava pequenos sacrifícios para estar presente, como o longo deslocamento percorrido para voltar para casa, que fica em outro município. Ela é a única das entrevistadas que possui filhos pequenos, e relata:

Eu vou e volto todos os dias. Não interessa a hora que eu chegue, mas eu volto para minha casa. Eu consigo ver os meus filhos praticamente todos os dias. Afeta de certa forma a quantidade do tempo. Mas pela cobrança que eu me faço talvez eu tenho tido mais qualidade de tempo com os meus filhos hoje do que eu vinha tendo antes. (E4)

A parlamentar E5 relata a desigualdade que ocorre quando se tem filhos. As responsabilidades em relação às crianças ainda são atribuídas à mulher.

Eu sempre fui muito exigente comigo mesma, no meu papel de mãe. Eu sempre fiz a minha agenda também subordinada a essa necessidade de dar atenção para ele (filho). É claro que isso me atrapalhou, porque eu tinha adversários homens que

tinham uma dedicação integral para a política, eles não tinham que se preocupar com o filho, a mulher deles estava lá para dar atenção para os filhos deles. (E5)

Todas as pesquisadas que possuem filhos asseguram ter um apoio familiar que possibilita o exercício de suas atividades. A família ou seus esposos conseguem dar suporte para que elas exerçam seus ofícios.

A entrevistada E2 ainda não tem filhos, mas releva querer constituir uma família e ter um filho. Apesar disso, há um conflito que as novas gerações sofrem ao tentar conciliar maternidade e trabalho. Nas palavras dela: “Agora eu já tô começando a refletir se isso faz parte dessa geração de mulheres que quer ter carreira e, ao mesmo tempo, eu fico pensando, “mas por que que eu tenho que decidir?” (E2). Isso revela que a concepção sobre a maternidade tem tido algumas mudanças na opinião das mulheres, alguns fatores foram determinantes, como: entrada para o mercado de trabalho, prioridades além do casamento e filhos, dedicação à carreira.

O movimento feminista lutou pela conquista de direitos, como a licença maternidade, para que fosse possível conciliar os dois. Pela questão fisiológica do parto, a mulher acaba carregando a responsabilidade dos cuidados com as crianças, enquanto os homens são liberados desse dever (COLLIN; LABORIE, 2009).

Nessa continuidade, o feminismo é mencionado pelas parlamentares de partidos à esquerda (E2, E3 e E5) como um movimento que ajuda a promover as pautas femininas. O feminismo é frisado por essas representantes como um movimento que colabora para o fortalecimento e a encorajamento para que mais mulheres entrem na política. No caso da representante E5 tornar-se feminista, ocorreu quando já estava na política.

Eu sempre digo que eu me tornei uma feminista depois de ser uma militante política. Muitas vezes acontece o contrário, as mulheres se tornam feministas e pelo feminismo chegam na política, eu não, eu me tornei uma política, uma militante, e a partir da minha experiência concreta e fui me tornando feminista. (E5)

No caso da parlamentar E5, ser feminista foi uma construção a partir de sua trajetória, mas para a entrevistada E2, a presença de mulheres líderes acompanhou a sua história:

Eu faço parte de uma organização que majoritariamente são mulheres. Mulheres que vieram de uma fase anterior me chamaram para militar. Então eu vejo que sempre fui muito rodeada dessa perspectiva de formar mulher forte, não só pra

dizer que tá ali, porque tem que ter mulher. Mulheres que são dirigentes, mulheres que organizam o trabalho, mulheres que fazem cobrança, que fazem avaliações, que vão para um ato, que são linha de frente, que sobem em um carro de som, que conseguem conversar com o trabalhador comum, com machista e racista. (E2)

A entrevistada E4 comenta sobre o resgate de valores e princípios de vida, ligados ao conservadorismo, que foram se perdendo ao longo do tempo.

Houve um tempo de muita luta pelas mulheres. Mas onde a mulher também se perdeu com respeito. O próprio Brasil quando é visto pelas pessoas estrangeiras. Quando os estrangeiros falam das mulheres brasileiras de uma certa forma com promiscuidade. Isso é muito ruim para nós. Então a gente precisa resgatar isso. (E4)

A dominação masculina vincula os indivíduos a um tipo específico de atividade e comportamento. Desse modo, todos os agentes reconhecem e legitimam a visão dominante das relações. O consentimento é inerente à violência simbólica, pois o dominado tende a assumir a respeito de si mesmo o ponto de vista dominante (BOURDIEU, 2019).

5.2 RELAÇÕES DE PODER

A partir das percepções e vivências das entrevistadas, foram identificadas as relações de poder envolvidas no campo da política. Por esse ângulo, destacam-se os fatores econômicos, dominação masculina, violência simbólica, a percepção da imagem pública e a religião.

Os fatores econômicos foram citados como determinantes para que essas mulheres tivessem condições de pagar empregadas domésticas, babás e seus estudos. As mulheres entrevistadas comentaram a presença de uma faxineira ou diarista em suas casas, e que isso viabiliza a liberação dos afazeres domésticos, o que costumeiramente é incumbido à mulher. Essa colocação expõe como a condição financeira permite a ocupação de espaços públicos. A vereadora E1 conta que, antes de entrar na política, trabalhava como comerciante. A entrevistada E4, além de ser formada em farmácia e bioquímica, diz ser empresária há 19 anos e possuir dois estabelecimentos farmacêuticos. A deputada E5 narra que teve a chance de se profissionalizar e fazer cursos no exterior, em virtude das condições financeiras. Além de ter começado sua carreira como professora, posteriormente se formou em direito e chegou a atuar na área. A entrevistada ainda ressalta que os fatores econômicos

foram fundamentais para pagar creche e babás para ficar com o seu filho nos períodos que era necessário se ausentar. A vereadora E2 descreve que sua formação de berço foi essencial para estar na política e que teve condições financeiras, dado o fato de que seus pais eram servidores públicos. Na sua infância, teve a oportunidade de estudar em escolas particulares. Ainda que tenha atuado na área da educação como professora da rede pública e ter recebido parcelado durante esse tempo. Na mesma época, ela ainda residia com os seus pais. Contudo, a entrevistada E2 salienta que a sua história de vida como mulher negra é a exceção:

De certa forma, eu já fugi muito das estatísticas de boa parte das mulheres negras, que não é ter engravidado, ter conseguido entrar numa universidade, ter uma família que de certa forma me permitiu estudar. Sempre trabalhei porque eu quis, não era uma obrigação. Por mais que eu fosse professora da rede estadual, eu sempre tive uma família que nunca me deixou faltar nada. (E2)

Ainda nesse sentido, a vereadora traz como exemplo a situação das mulheres negras que moram em zonas periféricas, na seguinte fala: “*Quem vem de comunidade é desde o deslocamento, tu sair de uma reunião 10 horas da UFRGS, vir do movimento estudantil, tu ir lá para Restinga, às vezes o território é conflituoso*” (E2). Similarmente, a parlamentar E3 lembra da situação financeira da maioria das mulheres, conforme colocado: “*É muito difícil alguém pobre conseguir participar da política. E a maioria das mulheres estão na pobreza*” (E3). Dentro dessa ótica, a deputada critica a reprodução do capital econômico, que reflete dentro do Congresso Nacional:

A política reproduz o poder econômico, tanto que hoje o Congresso Nacional tem as maiores campanhas, as mais caras proveram as vagas de 75% dos deputados e senadores. Isso significa que aí estão os patrões em sua maioria que são os donos de empresa ou representante de setores dessas áreas onde a mulher está menos presente. (E3)

A reprodução do capital na economia de bens simbólicos está inscrita na divisão sexual do trabalho. Às mulheres, são conferidas as atividades não produtivas, para não gerar ganhos monetários. Os capitais são produzidos e conservados pelas estratégias econômicas e educativas, com o objetivo de repassar os poderes para os seus herdeiros. Dentro dessa lógica, as mulheres são excluídas, visto que não ocupam os espaços públicos (BOURDIEU, 2019).

O domínio do masculino no campo da política foi mencionado em diversos momentos pelas parlamentares, tanto na assembleia como dentro dos próprios partidos,

conforme exposto pela entrevistada E3: “*Eu sempre digo que as mulheres elas têm menos preferência dentro dos partidos. Os partidos ainda são muito mais masculinos. A política é feita por homens*” (E3). Para a deputada E3, o domínio dos homens na área da política é apenas um reflexo da sociedade sexista. Segundo a vereadora E2, até mesmo no campo da esquerda as mulheres sofrem discriminação. A participante E1 coloca que, dentro do partido, foi adquirindo espaço aos poucos e isso se expressa na seguinte fala:

Era uma pessoa completamente estranha e atípica ao ambiente querendo ser candidata. O partido acatou porque precisava de mulheres. Mas hoje, eu consigo ter dentro do partido um respeito maior em função de ser mulher e vereadora e ter feito uma campanha estadual com uma boa votação também. Eles veem hoje um potencial em mim enquanto política mulher que eles não viam na eleição de 2016. (E1)

A política, assim como outros espaços coletivos, foi historicamente reservada aos homens, de forma que as mulheres eram excluídas das tarefas consideradas nobres pela sociedade. As instituições, sendo o Estado uma delas, colabora na reprodução das estruturas sociais, reforçando a divisão sexual do trabalho. Dessa forma, os homens possuem o monopólio dos ofícios de representação. As estruturas de dominação e divisão estão na “ordem das coisas”, equivalente ao que é normal e natural. Essas estruturas, como a Escola, Igrejas e as famílias, são a-históricas, efetivamente, são produtos de um trabalho de reprodução constante. Apesar dos direitos adquiridos na última década, os dominados ainda exercem a autoexclusão dos lugares públicos (BOURDIEU, 2019).

Corroborando com essa ideia, as entrevistadas E4 e E5 contaram que se sentem melhor quando tem outras mulheres no ambiente ou em eventos exclusivos para mulheres.

Nem sempre a gente fica confortável. Às vezes eu chego lá e estou sozinha, só eu de representante feminina. De certa forma me constrange. Porque eu não fico à vontade. Temos lá 22 deputados homens e tem uma única deputada. Até na primeira ocasião que isso aconteceu eu chamei as deputadas ‘deputada você não vem?’. Mas a gente se sente mais à vontade quando tem mais pessoas do teu sexo do lado. (E4)

As mulheres se sentem muito mais à vontade, por exemplo, de participar de eventos que são exclusivos para mulheres, do que de eventos mistos. Porque se sentem mais tranquilas, sem esse julgamento permanente que o ambiente masculino nos submete. (E5)

Esse tipo de recusa à participação é utilizado pelos dominados como uma forma de sugerir que as mulheres são submissas, ou até mesmo gostam da dominação. Ao contrário,

a condenação da vítima ajuda a reproduzir os mecanismos de dominação (BOURDIEU, 2019).

Nessa perspectiva, as entrevistadas acreditam que as mulheres ainda não atingiram os espaços de poder de fato. Paralelamente, a deputada E3 coloca que outros direitos estão sendo privados, como a liberdade sexual, acompanhada do crescimento do feminicídio. Ela relata, também, que: *“É errado que os homens e as mulheres sejam criados numa relação desigual. A mulher com menos poder, numa posição de obediência e de servidão ao homem”* (E3). Para todas as entrevistadas, com exceção da participante E4, as estruturas que perpetuam o machismo e o racismo são entraves para a inserção na política. A vereadora E2 acredita que um dos problemas é dialogar com a população que ainda não está convencida sobre as questões estruturais do machismo. Diante disso, ela analisa como funcionam os debates sobre o machismo dentro do parlamento:

Todo mundo concorda que “o machismo é horrível” ou muitas vezes falam “tu tem que acabar com esse ‘mimimi’”. Não é uma coisa que gera um debate na casa. Essas questões estruturais de fundo eles preferem nem dar pauta pra não gerar reflexão, não gerar política pública, não gerar movimento, não gerar indignação lá fora. (E2)

Ainda dentro do tema, a rivalidade entre as mulheres e a união dos homens é citada pelas entrevistadas. Segundo a entrevistada E1, existe uma fama dessa rivalidade na política: *“O pessoal sempre me falou ‘te cuida que mulher não vota em mulher’. Tem muito isso de as mulheres serem concorrentes”*. A participante E3 explica que a discriminação de gênero também é reproduzida pelas mulheres: *“Tem um termo que chama machismo tóxico. A gente reproduz o machismo, de uma maneira ou de outra. Nós vamos aprender conforme o que a sociedade valida”* (E3). Esse contexto de competição também é comentado, na fala da entrevistada E1:

Porque bem ou mal o homem apoia o homem e dificilmente apoia a mulher. Eu acho que os homens estão muito mais unidos do que nós mulheres. Hoje uma mulher não elogia a outra mulher, por ser mulher. Porque pode estar sendo ameaçada e se sentir ameaçada de alguma forma. Acho que os homens têm uma ligação maior entre eles. (E1)

A rivalidade feminina também pode ser compreendida como um mecanismo de reprodução das estruturas de dominação. A ordem masculina está inscrita nos corpos e se impõe como neutra. Essa incorporação ocorre sob esquemas inconscientes de percepção e

apreciação. A sociedade reproduz e naturaliza certos comportamentos e isso ocorre por meio de repetições que nos são ensinadas. A dominação é assegurada por uma espécie de poder, também conhecido como violência simbólica (BOURDIEU, 2019).

A questão do corpo também foi ressaltada pelas parlamentares. A experiência do corpo da mulher ocorre de forma que o corpo é para o outro. Sendo assim, ele deve ser percebido e representado a partir da constituição que o outro faz. O corpo da mulher deve seguir alguns padrões estéticos inalcançáveis impostos pela moda. Há uma adstração do corpo da mulher, estimulando a feminização. A vestimenta deve estar de acordo com a norma imposta pela ordem masculina (BOURDIEU, 2019). Essa ideia, defendida pelo autor, também é retratada na fala da entrevistada E5, onde ela coloca:

Hoje a gente tem avançado bastante assim, mas ainda é complicado. Ainda olham para roupa, olham se ela tá gorda, olham se ela tá careca, olham se ela tá bem penteada. Então é um ambiente muito hostil para as mulheres, a gente ainda é vista como um bicho raro ali e isso também intimida. (E5)

A dominação é assegurada por uma espécie de poder, também conhecido como violência simbólica. As mulheres, no mercado de bens simbólicos, são excluídas e inferiorizadas. A partir desses contextos, elas são julgadas como o “sexo frágil” e precisam se impor para ocupar um lugar que, tradicionalmente, foi habitado pelos homens (BOURDIEU, 2019). Desse modo, os homens possuem a legitimidade do exercício do poder, como é ressaltado na fala da entrevistada a seguir:

O homem ele meio que entrou na política no espaço de decisão e parece que já tá ali mais legitimado que as mulheres. Ele já vem com o selo ‘o homem é pra isso’. E a mulher precisa forjar esse selo para a sua voz ser ouvida. (E3, grifo nosso)

O homem já possui legitimidade ao ocupar um cargo. A mulher desempenha, com o tempo, um processo de construção dessa legitimidade. De acordo com Bourdieu (2019), a divisão entre os sexos opera de forma natural, através dos sistemas de percepções e, com isso, adquire reconhecimento e legitimidade no mundo social. Para a vereadora E2, as diversas estruturas de poder afetam o psicológico e, em alguns momentos, levam a pensar que aquele não é o seu espaço, tendo que se autoconvencer. Ela revela já ter presenciado um vereador dizer “vai tomar Rivotril” para outra mulher vereadora. Esse tipo de situação, segundo a vereadora, tem dois objetivos: a perda da estabilidade e a deslegitimação do poder. Outro exemplo trazido pela vereadora é a utilização de questões pessoais no campo

da política: “O tempo inteiro eles estão utilizando das tuas questões individuais específicas para te desmoralizar. Já me chamaram de chinelona” (E2). A mesma questão é trazida pela entrevistada E3, que passou por uma situação similar, ao ser acusada de louca: “tentaram me botar no lugar que eles tentam pôr a mulher, que a mulher é histérica, que a mulher é chorona, que a mulher é a estressada, que a mulher é a chata” (E3).

A força simbólica atua sob os corpos uma forma de poder, sem que haja coação física. A violência simbólica se manifesta através da produção simbólica, como a linguagem e outros sistemas, que reforçam as relações assimétricas. Essa violência é invisível e sutil, podendo causar danos permanentes. O dispositivo central para a manutenção da dominação é o mercado matrimonial, na construção das relações de parentesco e do casamento (BOURDIEU, 2019). Para a pesquisada E2, a hostilidade do ambiente e o racismo estrutural são os maiores empecilhos para a manutenção da existência da mulher negra nesses espaços. Ela narra as violências já sofridas nessa caminhada:

Violência simbólica, física, patrimonial. [...] Hoje eu entendo que uma violência patrimonial é muito comum E faz com que as mulheres muitas vezes tenham dificuldade de romper laços porque não tem sua autonomia financeira. [...] Física também, a educação muitas as vezes é uma forma, nessa falta de trato acaba tendo agressão. E simbólica o tempo inteiro. ‘Porque que tu não alisa o teu cabelo?’. ‘Agora fez trança? Meu Deus tu fez trança!’. Aqui dentro foi um fato. Nunca vou me esquecer de uns vereadores me olhando assim, ‘como é que tu fez?’. ‘É teu mesmo?’. E tocam às vezes. Eu odeio que toquem na minha cabeça e eles vão lá e tocam. Coisas que tu vive aqui dentro. Eu vou tentando desconstruir pela ironia, pelo afeto, tentar não comprar uma briga com todo mundo. Porque senão tu também não trabalha. (E2)

As reivindicações referentes às práticas discriminatórias são tomadas como meros caprichos. Logo, são recebidas com uma palavra para acalmar a situação ou um tapinha nos ombros (BOURDIEU, 2019). As entrevistadas E2 e E3 destacam que as denúncias sobre essas situações são julgadas como “mimimi” ou vitimismo das mulheres, ainda que apresentem fatos dos acontecimentos. A entrevistada E3 relata uma situação corriqueira no âmbito da política:

Às vezes tô numa roda dando uma opinião política ou avaliando a conjuntura e eu faço uma fala e a minha fala passa e um homem depois fala as coisas semelhantes ou afirmar as mesmas coisas e os homens passam a se referir a fala dele e não a minha. É um lugar dentro da política, no espaço da política que é menos legitimado. Então ele é mais difícil de tu ser respeitada, de tu ser considerada. Isso mais no início, eu acho que está mudando bastante, mas isso

eu percebo hoje, depois que tu vai legitimando com o voto, começa a ser mais respeitada. (E3)

Ainda dentro das questões relatadas anteriormente, as mulheres sentem que o processo de legitimação é alcançado aos poucos. Ele ocorre quando se está a mais tempo na política e ocupando um cargo. Vale lembrar que a deputada E3 está na política há cerca de 20 anos. A cena descrita pela deputada é entendida como uma espécie de dominação através da linguagem. O discurso, no campo da política, é conceituado como um exercício de poder de forma legítima (BARROS; BUSANELLO, 2019). Nessa situação específica descrita, algum homem se apropriou das ideias da deputada como se fosse de sua autoria. A expressão *bropropriating* é utilizada para designar essa ação. Já o termo *gaslighting* é utilizado para qualificar a violência psicológica e emocional sofrida pelas mulheres (BARROS; BUSANELLO, 2019; LIGUORI, 2015). A participante E2 descreve o momento e as sensações, ao subir na tribuna para proferir um discurso:

Eu ficava muito nervosa na tribuna. Esquecia a fala. Até hoje eu tenho dificuldades de usar a tribuna. Porque parecia que toda vez que tu sabia lá era muita chacota. Falavam alto, riam. Eu fazia uma fala e vinha depois 5 inscrições só para desmontar tudo. 'Tu não sabe', 'burra', 'desinformada'. Era horrível. (E2)

As mulheres, ao participarem de algum debate, têm que disputar com os demais para ter acesso à palavra. Nesses eventos, é comum cortarem a sua fala. A expressão *maninterrupting* é usada para expor o hábito recorrente dos homens em interromper o discurso das mulheres (BARROS; BUSANELLO, 2019; LIGUORI, 2015). Essas circunstâncias foram relatadas pelas parlamentares tanto nas sessões e comissões, como na mídia: “*tu vê as pessoas interrompendo a sua fala, rádio é uma coisa que eu sinto muito. Eu não sei como reagir, porque a vontade que dá é de empurrar o microfone e me retirar do espaço*” (E2). Para a participante E3, não é só a interrupção da fala: “*essa coisa de 'fica calma'. Tu tá fazendo uma fala dura, uma fala forte. E eles falam: 'Fica calma, tu tá desesperada'. Então essa coisa de caracterizar a mulher*” (E3).

Por outro lado, as entrevistadas E1 e E4, ao serem questionadas se sofreram algum tipo de violência ou preconceito, elas relataram que até o momento não. Segundo a parlamentar E1 “*Não me sinto assim, tudo que eu quero falar eu falo e independente de gostarem ou não. Sinto bem à vontade e o dia que não me sentir eu vou adiante*” (E1). Elas

também comentam que não presenciaram nenhum momento de discriminação de gênero e se sentem respeitadas no ambiente da política. As respostas divergentes entre as entrevistadas de direita e esquerda leva a reflexão sobre quais as razões para o tratamento diferenciado ou ainda, sobre a percepção das representantes.

É importante considerar que, um cargo público, assim como as candidaturas, envolve um processo de exposição da imagem. Todavia, a maioria das participantes, ao serem questionadas sobre como percebem a sua imagem pública, não souberam responder. Quando interrogadas se sentiram que em algum momento tiveram a imagem prejudicada, afirmaram não se sentirem lesionadas. Contudo, ao longo da conversa, algumas citações surgiram. No caso da deputada E5, houve a circulação de notícias falsas a seu respeito: *“fake news bastante absurdas, inclusive as que eu recorri ao judiciário e não encontrei o amparo, porque é muito difícil a gente combater essas notícias falsas”* (E5). Já a parlamentar E3 citou que a vida na política é pouco particular e que entende que esse processo de campanha é doloroso no início *“Esse processo é bem doloroso, porque claro tu tem que ir para um panfleto, botar a tua cara num panfleto. Tu tem que te submeter a vontade popular”* (E3). A vereadora E2 criticou as campanhas com pessoas irreais e diz tentar transparecer algo natural, próximo dos cidadãos: *“Então a gente tenta não fazer nada montado, com photoshop ou maquiagem. A gente tenta algo mais próximo ainda de como são as pessoas normais, os trabalhadores”* (E2). A imagem na política é bastante relevante, tomando como exemplo a campanha eleitoral e as ações de *marketing* para melhorar o resultado nas urnas. Já em relação às notícias falsas, no Brasil esse tema tem gerado repercussões no âmbito da política. Essas notícias são disseminadas pela população como se fossem verídicas e utilizadas para manipular a opinião pública.

Outro aspecto das relações de poder e dominação masculina é o papel da Igreja. Essa instituição, como a Escola, tem a função de reproduzir os mecanismos de dominação, dentre deles, a violência simbólica. A cultura e os valores morais são fortemente repassados através das gerações. As organizações religiosas conseguem disseminar e enraizar certos valores e construir o papel atribuído aos gêneros. A Igreja, historicamente, desempenhou um papel antifeminista, inferiorizando a mulher. Dentre as ações, podemos destacar as roupas e determinados costumes e comportamento que eram condenados (BOURDIEU, 2019). A religião foi um tema que emergiu na conversa com as participantes. A parlamentar enfatiza a importância da religião para o seu desenvolvimento pessoal: *“Eu tive uma formação religiosa muito forte. Dessa participação na igreja, em grupo de jovens,*

também me desenvolveu a liderança e a ideia da solidariedade com outro e com pobre” (E3). Em compensação, a deputada reconhece que as religiões influenciam nas discussões sobre gênero:

Já te falei da reprodução do sexismo pelas igrejas? [...] A escola e as crianças podem ir transformando. E não é à toa que os movimentos da escola sem partido querem tirar de dentro da escola. São movimentos vinculados a religiões que querem impedir que se discuta gênero dentro da escola, que se discuta a condição da mulher, que se discuta com liberdade na escola. (E3)

A bancada evangélica se tornou uma expressão para descrever um conjunto de deputados moralistas, que ameaçam a laicidade do Estado. Os evangélicos ascenderam no espaço da política e suas pautas são concentradas no conservadorismo moral religioso. Em relação às mulheres, há uma tentativa de controle dos direitos reprodutivos e sexuais e da família. A moral religiosa seria um orientador para atuação desses deputados (ALMEIDA, 2017). A participante E2 cita a influência do conservadorismo no atual governo e o crescimento das igrejas evangélicas. Em conformidade, a deputada E3 reforça a influência da bancada evangélica no congresso:

O espaço de poder hoje tá muito exercido pelo conservadorismo religioso, tem uma bancada enorme religiosa no congresso. As mulheres não estão representadas nessa grande bancada religiosa. Porque a igreja ela faz um movimento de familiarismo. Não sou contra as igrejas, eu sou da igreja católica, sou cristã. To dizendo que a estrutura igreja, ela tem uma visão de familiarismo que submete a mulher um peso muito grande, a responsabilidade com os filhos, uma culpa muito grande, que não é dela só tem que ser compartilhada com os homens que tem que ser compartilhada com a sociedade. (E3)

Ainda que a entrevistada E1 seja do partido PSD, que possui um posicionamento à direita, ela revela seguir a religião umbandista “*eu sou umbandista, eu tenho a minha religião que eu trabalho uma vez por semana e outras vezes quando necessário*” (E1). No Brasil, ainda é comum a intolerância religiosa, principalmente com religiões de matriz africana.

As falas evidenciam que as mulheres não se sentem representadas pela bancada evangélica, principalmente devido às pautas moralistas. Os projetos conservadores são considerados ameaças reais às mulheres, a título de exemplo o controle sobre a reprodução,

o estatuto do nascituro que restringe as questões relacionadas ao aborto e a ameaça às cotas de gênero²⁵.

5.3 REPRESENTAÇÃO E PROGRAMAS DE INCENTIVO ÀS CANDIDATURAS

Relacionando com o campo da política, foi preciso analisar a representação e seus significados, os programas de incentivo, como as cotas e o fundo partidário, as alternativas para mudanças das desigualdades e as diferenças na agenda política. Tendo em vista as especificidades acima, uma pesquisa divulgada em 2018, pelo Ibope e ONU Mulheres, informa que, para 70% dos brasileiros, só há democracia de fato com a presença de mulheres nos espaços de poder e de tomada de decisão. O estudo mostra que há uma demanda geral da população por maior representatividade das mulheres nesses espaços, assim como melhoria nas políticas públicas²⁶.

Para as parlamentares, foi consenso a importância da ocupação de mulheres nesses lugares, bem como o reconhecimento da baixa representatividade das mulheres na política. É importante lembrar que, atualmente, na Câmara de Vereadores temos 4 (quatro) representantes mulheres, de um total de 36 vereadores. Já na Assembleia Legislativa, são 9 (nove) deputadas, sendo o número total de cadeiras 55. Para a participante E4, a entrada dessas nove mulheres é um fato significativo: “[...] é o maior número até hoje que a assembleia teve de mulheres. É pouco ainda, mas é o maior. A gente tem esse crescimento a passos lentos, precisamos mobilizar mais mulheres” (E4). A entrevistada E4 reforça que, em algumas comissões, tem apenas uma única mulher participando. A deputada E5, quando questionada sobre a representação das mulheres na política, afirma:

Muito aquém da nossa representatividade na sociedade, e muito aquém também da nossa participação hoje na política lato sensu. Se a gente vai, por exemplo, nos sindicatos, ocupações de terrenos para moradia popular, lutas das mais variadas, há muitas mulheres no encabeçamento dessas lutas, como lideranças, mas isso depois não se materializa em cargos políticos, por um conjunto de dificuldades. Então a gente tá sub-representada tanto nas câmaras de vereadores, assembleias, como na câmara federal. (E5)

²⁵ SCORSE, C. Os projetos conservadores que são ameaças reais às mulheres em 2019. **Carta Capital**. 08 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/os-projetos-conservadores-que-sao-ameacas-reais-as-mulheres/>>. Acesso em: 28 set. 2019.

²⁶ FERNANDES, M. Só há democracia com mulheres no poder para 70% dos brasileiros, diz Ibope. **Huffpost**. 14 set. 2018. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/09/14/so-ha-democracia-com-mulheres-no-poder-para-70-dos-brasileiros-diz-ibope_a_23526330/?utm_hp_ref=br-mulheres-na-politica>. Acesso em: 28 set. 2019.

Outro aspecto apontado pelas entrevistadas foi o sentido da representação para essas mulheres. Para as participantes de esquerda, representar as minorias têm um grande peso. Essa concepção vai ao encontro da definição de representação da Pitkin (1967, p. 209), onde a representação seria “agir no interesse dos representados, de uma maneira responsiva a eles”. Segundo a vereadora E2:

Nós que estamos no campo da esquerda já chegamos com esse peso de representar os setores explorados e oprimidos [...]. A gente sempre tenta compartilhar a responsabilidade pra forjar a massa crítica, pra gente vê movimentos massivos de novo nas ruas. (E2)

Com o surgimento das sociedades em massa, os grupos de interesse começam a se organizar para fortalecer a participação aberta. Os efeitos da organização desses grupos é retratar um maior pluralismo de classes e interesses (BONAVIDES, 2000). Os movimentos sociais possuem influência nos debates políticos, ao buscar que as suas pautas sejam reconhecidas (MIGUEL, 2003). Nessa perspectiva, o processo de representação envolve as conexões que há entre os eleitores e seus representantes. O representante está autorizado a agir em nome da população, ao mesmo tempo em que sofre avaliações dos eleitores. A representação vai além do mandato, ela deve fomentar as discussões e debates, saber ouvir os cidadãos (YOUNG, 2006). A deputada E4 diz perceber essa aproximação com o povo:

Eu ouço muito das pessoas ‘que orgulho que eu tenho de ti’ ou ‘que bom que tu conseguiu!’. E o que mais me chama atenção e de pessoas que me dizem assim: ‘eu não votei em ti por achar que tu não conseguiria chegar e eu não queria perder meu voto, mas eu tô feliz por tu ter chegado e pelo trabalho que tu tá fazendo’. Isso é uma coisa que não foi só uma vez que eu ouvi das pessoas terem essa sinceridade comigo de dizer que não votaram em mim, mas que hoje estão felizes por eu estar aqui e por estar representando essas pessoas. Elas se sentem representadas pela minha pessoa, isso pra mim é motivador. (E4)

De maneira geral, “o sentir-se representado” engloba o reconhecimento de que os interesses, valores e a perspectiva social estão norteando as decisões políticas (YOUNG, 2006). Para Urbinati (2006), a representação está constantemente em movimento, sendo recriada pela sociedade e por aqueles que compõem os espaços de poder. Dessa forma, as entrevistadas afirmaram que sentem como se um de seus deveres é incentivar a participação feminina, para isso a deputada E3 conta o sentimento que é estar no parlamento:

A minha entrada na política me dá uma riqueza extraordinária de experiência humana. Eu me sinto uma pessoa absolutamente realizada. Eu nunca tirei o pé da vida real, da vida das pessoas, mas eu posso dizer que eu tenho uma vida extraordinária. Uma vida de muita mobilidade, de muita liberdade, no sentido da liberdade de construir o Parlamento. (E3)

Para as entrevistadas, as mulheres devem querer ocupar esses espaços políticos para conseguir verificar mudanças relacionadas ao direito da mulher. Uma democracia igualitária deve começar pela inclusão das mulheres nas instituições de tomada de decisão, para possibilitar os debates sobre as perspectivas de gênero. Ainda que existam diversas líderes comunitárias, essa representação ainda não é refletida na representação política.

Para mudar esse quadro, as cotas foram introduzidas na política brasileira. As minorias não se sentem devidamente representadas nos órgãos de tomada de decisão. A inclusão dessa medida tenta assegurar um número maior de representantes, para diminuir a exclusão estendida (ARAÚJO, 2012). Essa ideia também é retratada na fala da entrevistada E4: *“As cotas para participação das mulheres identificam que elas foram culturalmente retiradas da política e é preciso alterar a cultura [...] até libertar todas as mulheres”* (E3). A participante E5 admite a relevância das cotas e do fundo partidário. Entretanto, na opinião dela: *“elas não resolvem o problema, porque tem um conjunto de outras situações que envolvem a participação da mulher nesses espaços políticos que não dependem só do incentivo material”* (E5). Por outro lado, a parlamentar E4 expõe o seu ponto de vista sobre o tema: *“a gente tem capacidade e essa questão de gritos e de cotas isso não é uma coisa que me representa”* (E4). É importante salientar que, apesar de existir as cotas de 30% para candidaturas em eleições proporcionais, elas são preenchidas frequentemente por candidatas fantasmas. A vereadora E1 conta o seu exemplo, ao se candidatar pelo partido PSD: *“eles precisavam de mulheres, porque na verdade tem uma cota feminina que é necessária e a maioria das mulheres não querem concorrer, infelizmente”* (E1).

Recentemente, a deputada federal Renata Abreu (Pode/SP) apresentou um projeto para alterar a lei das cotas. Nessa proposta, caso os partidos não preenchessem o número mínimo de candidaturas, não seriam punidos²⁷. Essa ameaça é considerada um retrocesso na política brasileira. Para a participante E2, as mulheres possuem um desconhecimento de sua própria história:

²⁷ CARTA CAPITAL. PL quer alterar lei de cotas para mulheres e deixar partidos sem punição. 09 set. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/pl-quer-alterar-lei-de-cotas-para-mulheres-e-deixar-partidos-sem-punicao/>>. Acesso em: 29 set. 2019.

as cotas estão sendo ameaçadas e a gente não conseguiu avançar em âmbito de maioria numa consciência em relação a essas desigualdades. Tem muitas mulheres que se não entender esse contexto, não ter uma formação política, acho que também tá errado. [...] Eu acho que esse tipo de política tem que tá combinado, porque se não é um tipo no pé. (E2)

Além das cotas, o fundo partidário foi outra medida tomada para reverter a desigualdade na política. Nesse sentido, foi apontado pelas entrevistadas a dificuldade de financiamento de campanha, dado todos os custos que envolvem esse processo. As deputadas estaduais confirmaram que receberam em sua última campanha o fundo partidário, essa situação é relatada pela entrevistada E3:

Dessas campanhas a única vez que eu recebi dinheiro do partido foi agora na última campanha em que me elegi a deputada estadual. Então de 7 campanhas, só nesse momento em que foi vinculado um percentual do fundo partidário que necessariamente tinha que chegar nas mulheres dos partidos. Tanto que tá aí essas denúncias das mulheres laranjas que os caras colocaram. Tiveram a petulância de botar dinheiro na candidatura de uma mulher e ela passar o dinheiro para outras candidaturas prioritárias. (E3)

Em 2018, tiveram casos de candidatas que não receberam nenhum voto, inclusive, não sabiam que concorriam ao pleito²⁸. Suspeitas de fraude dessa regra são frequentes no Brasil, entre partidos diversos, mas as punições ainda são poucas. Os partidos lançam as candidaturas de fachada para cumprirem, somente no papel, a cota feminina e, assim, conseguem acessar o dinheiro do fundo. A fraude ocorre quando mulheres estão oficialmente registradas como candidatas, mas na realidade não fazem campanha, não prestam contas ou têm resultado nulo ou inexpressivo nas urnas.

Para mudar essa desigualdade e as adversidades apontadas no campo da política, as participantes foram indagadas sobre quais alternativas elas sugerem. A participante E5 propõe uma estrutura que dê suporte para as mulheres:

uma rede pública de suporte não existe, porque não tem creches noturnas, não tem creches de finais de semana, tu não tem lavanderias públicas ou a baixo custo para que ela possa se libertar dessa tarefa de cuidar das roupas, da família, tu não tem restaurante populares a baixo custo para que ela possa levar a família para comer e não precise cozinhar. Então tu não tem uma estrutura que viabilize essa participação mais efetiva, porque tu ganhar uma eleição para vereador ou deputado não depende só de tu ter dinheiro ali na campanha eleitoral, depende toda uma construção política que tem que fazer e que é

²⁸ PINHEIRO, L.; ACAYABA, C. São Paulo teve cerca de 60 candidatas 'laranja' nas eleições de 2018, apontam MP e MP. **G1**. São Paulo, 21 fev. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/02/21/sao-paulo-teve-cerca-de-60-candidatas-laranja-nas-eleicoes-de-2018-apontam-mp-e-mpf.ghtml>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

anterior à campanha eleitoral. E pra ti fazer essa construção, tu precisa de tempo, de dedicação e aí é que as mulheres encontram grandes dificuldades. (E5)

As mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos e a redução dos investimentos em políticas públicas causa impacto, sobretudo para as mulheres mais pobres e negras. Outra barreira que elas encontram são as dificuldades para conciliar a vida política com as expectativas ainda existentes quanto ao papel da mulher na sociedade. A entrevistada E3 menciona a alienação na política como um problema atual. Para ela:

as pessoas são tão bombardeadas que elas não conseguem ter memória as coisas: 'quem é mesmo o cara que votou contra meu direito à saúde e educação?' [...] Eu achava que tinha que ter cotas reservadas. Nós defendemos a lista partidária, porque isso ajudaria também naquela questão da alienação que eu te falei. Então cada partido tem um voto no partido e o partido discutir a sua lista e alternar entre homem e mulher. (E3)

A solução levantada pela parlamentar seria a lista partidária, onde cada partido discutiria internamente quem iria ocupar o cargo de representação. A deputada explica como funcionaria a lista:

pode ser semiaberta ou fechada [...] num momento o povo vota no partido sabendo que nesse partido tem uma lista de pessoas que tem um conjunto de 10. Então tu escolhe aquela lista num conjunto de 10. E num segundo momento tu mexe na lista, que tu vota nas pessoas e daí tu escalona. Mas aí garantindo a cota, ou seja, reservada. A primeira mulher mais votada entra, depois entra o segundo nome. A mulher mais votada, mesmo que ela seja a 5ª mais votada. Isso seria absolutamente transformador. (E3)

O atual sistema é o de lista aberta nas eleições proporcionais, no qual as vagas conquistadas pelo partido ou coligação partidária são ocupadas por seus candidatos mais votados. Em conformidade com o ponto de vista da entrevistada E3, Araújo (2001) coloca que uma das alternativas seria a alteração no sistema de lista. No sistema de lista fechada, o eleitor vota no partido, onde previamente é determinada uma lista. Este tipo de sistema, segundo a autora, poderia ser efetivo, conforme o poder de organização e pressão das mulheres. Na lista fechada, o grande desafio consiste em ocupar um lugar no topo da lista do partido (ARAÚJO, 2005). De outro modo, poderia ser um problema, os partidos poderiam não dar preferência para as mulheres ocuparem as cadeiras, tendo em vista todo o histórico de dominação masculina dentro dos partidos.

Para as participantes E1 e E4, devem existir programas e reuniões que encorajem as mulheres a participarem da política. A deputada E3 propõe uma mudança na educação e, dentre as diretrizes, o projeto iria valorizar as mulheres e meninas: “a educação tem a

responsabilidade de transformar a cultura sexista, de construir homens e mulheres que não sejam machistas, não sejam desiguais nas relações” (E3).

As entrevistadas foram questionadas sobre as frentes em que as mulheres estão presentes. Para a participante E4, não há diferenças entre as agendas de homens ou mulheres. Por outro lado, o restante das mulheres afirmou ter diferenças. No caso da vereadora E1, as mulheres são mais engajadas nas causas sociais. Da mesma forma, a deputada E3 acredita que as mulheres atuam majoritariamente na educação e na cultura, além da assistência social e dos direitos humanos. A parlamentar E2 observa como funciona dentro da Câmara as agendas sobre os direitos das mulheres e do movimento negro:

Eu acho que tem questões que são nossas. É muito bacana que por estarmos aqui tu cria algumas pautas. Todo o mês de março quando rola as atividades, tem uma abertura da sociedade para discutir a questão da mulher. Assim como no 20 de novembro, tem uma abertura da sociedade para discutir a questão racial. Estando aqui dentro tu vê que ‘não vamos chamar os branco pra falar’, ‘nem os homens no dia da mulher’. Então tu vê que tu tem um diferencial e uma responsabilidade extra. [...] chega de falar pelo nome dos outros setores da nossa classe. Nada sobre nós, sem nós. (E2)

É significativo que as mulheres devem ser protagonistas de sua própria história. No entanto, os homens ainda tratam dos direitos das mulheres em sua maioria, haja vista, que o congresso é predominantemente ocupado por homens. Outro obstáculo é a ausência de mulheres em determinados temas, conforme levantado pela deputada E5, ela considera que as mulheres ainda não estão tratando de assuntos como: “*reforma tributária, [...] esses temas mais “duros”, assim como, as finanças, até mesmo a segurança pública*” (E5).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou compreender, dentro da política, as desigualdades de gênero, as relações de poder e dominação masculina, as violências simbólicas, a concepção da representação política e a relevância dos programas de incentivo, como as cotas e o fundo partidário. Para isso, buscou-se coletar informações com as representantes do sexo feminino e entender a percepção delas, quanto aos temas mencionados.

Nota-se que as trajetórias políticas possuem traços marcantes a partir da inclinação ideológica do partido. Nos partidos à direita, há o predomínio do acesso ao espaço público via familiar e por intermédio das relações pessoais. Esses traços são oriundos da política brasileira, com característica de parentelismo e patronagem. A trajetória de militância e ativismo como forma de inserção na política são hegemônicas nos partidos à esquerda. O coletivo é trazido como propulsor para ingresso dessas mulheres, enquanto, para as parlamentares de direita, o assistencialismo foi o que as influenciou.

A pesquisa não é representativa de classe, já que, no recorte empírico, optou-se por pessoas já consagradas na política. Na intenção de buscar narrativas com maior experiência profissional, considera-se o risco de apresentar apenas o “discurso das vencedoras”, reconhecendo que, nesta intencionalidade, também há um dos aspectos limitadores do estudo. Assim, para pesquisas futuras, sugere-se pensar nas mulheres que estão na caminhada para se inserir na política ou que perderam o pleito.

As condições financeiras foram primordiais para elas se inserirem na política, uma vez que possuir uma remuneração própria viabiliza o dispêndio em serviços domésticos e cuidados com os filhos, além de garantir tempo para profissionalização. Nem todas as mulheres possuem as mesmas condições iniciais e isso reflete no número de cadeiras ocupadas. No que se refere à dominação masculina no campo da política, a hostilidade do ambiente tende a excluir a presença feminina. Nesse contexto, os partidos políticos são comandados principalmente por homens, o que dificulta a permanência da mulher e oportunidades de crescimento. Paralelamente, os direitos das mulheres estão sendo privados, como a liberdade sexual e o crescimento do feminicídio.

Para o controle desses espaços, o uso da violência simbólica é um recurso dos dominantes. Os homens possuem legitimidade assim que ocupam o lugar de poder. Já as mulheres precisam conquistar e legitimar conforme o tempo na política. As ofensas dentro da política são consideradas uma forma de desestabilizar e deslegitimar a mulher dentro dessa esfera. Ainda que haja reivindicações e denúncias, elas são tomadas como vitimismo. A dominação da linguagem, como a interrupção de discursos, ocorre frequentemente no meio, assim como a apropriação das ideias das parlamentares, como se fosse de sua autoria. A cultura machista tende a desqualificar a mulher, como se ela fosse incapaz de exercer um cargo político.

Quanto à percepção acerca da imagem pública, as participantes não percebem que são prejudicadas, mas, em outros momentos, comentaram o problema atual da circulação de notícias falsas. O processo de campanha é julgado como doloroso, devido à exposição que a mulher deve se colocar.

A princípio, o estudo não iria abordar a questão da religião. Contudo, este ponto emergiu a partir dos relatos dessas mulheres, ainda que indiretamente. A Igreja foi mencionada como reprodutora do sexismo, assim como outras instituições, como a Escola e a família. As parlamentares de esquerda sentem uma preocupação em relação à bancada evangélica no Congresso Nacional, em razão da abordagem de pautas moralistas, que tendem a retirar os direitos das mulheres. A influência dos conservadores no atual Governo Federal é uma ameaça aos direitos reprodutivos e sexuais, uma vez que a moral religiosa seria um orientador para a atuação desses deputados.

A política de cotas possui relevância para a inclusão de mulheres nesse campo. A ameaça em relação à continuação de tais projetos dá-se sob justificativa dos casos de candidatas fantasmas e fraudes no repasse do fundo partidário. Contudo, a extinção como

“solução” é apenas uma tentativa de retirada de direitos. O financiamento de campanha ainda é um dos pontos mais difíceis para inserção na política, dado o domínio do masculino dentro dos partidos. Nessa perspectiva, alternativas devem ser combinadas para ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder.

No que se refere às propostas para mudanças que visem alterar essas desigualdades, a criação de uma rede pública de apoio que ofereça creches, restaurantes populares e lavanderias com baixo custo teria impacto direto nas barreiras encontradas pelas mulheres, ao tentar conciliar a vida política com o papel dela na sociedade. Outra possibilidade é a alteração nas estruturas eleitorais, como o sistema de lista semiaberta ou fechada. Nesse caso, os candidatos iriam assumir as cadeiras na ordem estabelecida previamente e com alternância de sexo, assim, obrigatoriamente, as mulheres iriam ocupar o percentual estipulado.

A diferença na agenda política das mulheres é constatada pelas parlamentares. Para elas, as mulheres ainda estão cuidando de temas como saúde, educação e assistência social. Diversamente, assuntos como a reforma tributária, finanças e segurança pública são abordados pelos homens. Essa atribuição ainda pode estar relacionada com as questões culturais, em que a mulher é concebida para as atividades de cuidado.

A pesquisa se mostra pertinente na atual conjuntura brasileira, em que as mulheres são as mais prejudicadas diante dos retrocessos. Diante desse quadro, o papel político do administrador é justamente a capacidade de questionar a realidade e ser o agente de mudança. Apesar das tentativas de silenciamento, as vozes por mudança não devem se calar. As mulheres devem ser protagonistas de suas histórias e isso deveria ser refletido na política. A sub-representação gera consequências na construção dos direitos das mulheres, em especial, conteúdos sobre assédio, aborto e maternidade, que são discutidos (e deliberados) em sua maioria por homens. Da mesma forma, a presença de mulheres na política não implica, necessariamente, no progresso das pautas femininas. Para que avanços sejam atingidos, não basta ser mulher, é preciso pleitear as lutas femininas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, P.; MIKLOS, M. Notícias falsas sobre Marielle mostram como o Estado lida com a favela. **Folha de São Paulo**. 25 mar. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/amp/ilustrissima/2018/03/noticias-falsas-sobre-marielle-mostram-como-o-estado-lida-com-a-favela.shtml>>. Acesso em: 22 set. 2019.

ALMEIDA, R. A onda quebrada-evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017.

ARAÚJO, C. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 9, p. 147-168, 2012.

_____. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 193-215, 2005.

_____. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, 2001.

BARROS, A. T.; BUSANELLO, E. Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, 2019.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet, v. 2, 1967.

BICCA, A.; AITA, J. D.; NUNES, P. Presença feminina na Assembleia gaúcha é a maior em 180 anos. **Medium**. Porto Alegre, 14 ago. 2017. Disponível em: <<https://medium.com/@pedrohen/presen%C3%A7a-feminina-na-assembleia-ga%C3%BAcha-%C3%A9-a-maior-em-180-anos-8943cd039659>>. Acesso em: 01 mai. 2019.

BONAVIDES, P. **Ciência política**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

BRAGA, R. M. C. A indústria das fake news e o discurso de ódio. In: PEREIRA, Rodolfo Viana (Org.). **Direitos políticos, liberdade de expressão e discurso de ódio: volume I**. Belo Horizonte: Instituto para o Desenvolvimento Democrático, 2018.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Bancada feminina na Câmara sobe de 51 para 77 deputadas**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564035-BANCADA-FEMININA-NA-CAMARA-SOBE-DE-51-PARA-77-DEPUTADAS.html>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas do eleitorado: por sexo e faixa etária**. Disponível em:

<<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **Cota de 30% para mulheres nas eleições proporcionais deverá ser cumprida por cada partido em 2020**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BRASIL, 1995. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. **Lei dos partidos políticos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9096.htm#art44v>. Acesso em: 27 mai. 2019.

BRASIL, 1997. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. **Lei eleitoral**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>. Acesso em: 27 mai. 2019.

BRASIL, 2009. Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. **Lei da Minirreforma eleitoral**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm>. Acesso em: 27 mai. 2019.

BRASIL, 2019. Lei nº 13.831, de 17 de maio de 2019. **Lei da anistia aos partidos políticos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm>. Acesso em: 01 jun. 2019.

BRASIL, 2017. **Emenda Constitucional nº 97, de 04 de outubro de 2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm>. Acesso em: 01 jun. 2019.

BRASIL, Senado Federal. **Eleições 2018 têm recorde de mulheres candidatas ao Senado, mas desigualdade persiste**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/08/30/eleicoes-2018-tem-recorde-de-mulheres-candidatas-ao-senado-mas-desigualdade-persiste>>. Acesso em: 27 mai. 2019

BRASIL, Senado Federal. **Senadores da 55ª Legislatura (2015 - 2019)**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-antiores/-/a/55/por-sexo>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Mônica Leal toma posse na Presidência da Câmara**. 03 jan. 2019. Disponível em: <<http://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/monica-leal-toma-posse-na-presidencia-da-camara>>. Acesso em: 18 set. 2019.

CARVALHO, M. P. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPed (1999-2009). **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, p. 99-117, 2011.

CARTA CAPITAL. Manuela D'Ávila e o maninterrupting na política. 05 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/conjunturando/manuela-avila-e-o-man-interrupting-na-politica/>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

CARTA CAPITAL. PL quer alterar lei de cotas para mulheres e deixar partidos sem punição. 09 set. 2019. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/pl-quer-alterar-lei-de-cotas-para-mulheres-e-deixar-partidos-sem-punicao/>>. Acesso em: 29 set. 2019.

CARAZZAI, E. H. A gente não tem que recuar, diz deputada que usou decote em solenidade de posse. **Folha de São Paulo.** 07 fev. 2019. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/a-gente-nao-tem-que-recuar-diz-deputada-que-usou-decote-em-solenidade-de-posse.shtml>>. Acesso em: 19 set. 2019.

COLLIN, F.; LABORIE, F. Maternidade. In: HIRATA, Helena [et al] (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: UNESP, 2009

DENZI, N. K; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DINIZ, D.; CARINO, G. Política e misoginia: por que é a hora de as mulheres levarem uma cadeira portátil à mesa. **El País.** 31 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/31/opinion/1548964060_458044.amp.html>. Acesso em: 19 set. 2019.

ELY, D. Por que o Brasil e o RS têm tão poucas candidatas mulheres? Especialistas comentam. **Gaúcha ZH.** Porto Alegre, 13 set. 2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/09/por-que-o-brasil-e-o-rs-tem-tao-poucas-candidatas-mulheres-especialistas-comentam-cjm1ckuae033801mn8nl34u1a.html>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

FERNANDES, M. Só há democracia com mulheres no poder para 70% dos brasileiros, diz Ibope. **Huffpost.** 14 set. 2018. Disponível em:<https://www.huffpostbrasil.com/2018/09/14/so-ha-democracia-com-mulheres-no-poder-para-70-dos-brasileiros-diz-ibope_a_23526330/?utm_hp_ref=br-mulheres-na-politica>. Acesso em: 28 set. 2019.

GALVANI, G. Jair Bolsonaro pede desculpas publicamente a Maria do Rosário. **Carta Capital.** 13 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/jair-bolsonaro-pede-desculpas-publicamente-a-maria-do-rosario/>>. Acesso em: 19 set. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROSSI, M. P.; MIGUEL, S. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.

GUSSI, E. H. B. **A Representação Política.** Tese de Doutorado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisa Informação Demográfica e Socioeconômica**, n° 38. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Coordenação de População e Indicadores Sociais**, n° 39. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

HTUN, M. A política de cotas na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, 2001.

HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201-246, 2004.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena [et al] (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

LIGUORI, M. O machismo também mora nos detalhes. **Think Olga**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://thinkolga.com/2015/04/09/o-machismo-tambem-mora-nos-detalhes/>>. Acesso em: 18 set. 2019.

LOURO, G. L. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, v. 25, n. 2, p. 59-76, 2000.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. São Paulo: Bookman, 2006.

MARQUES-PEREIRA, B. Cidadania. *In*: HIRATA, Helena [et al] (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

MATHIEU, N. C. Sexo e Gênero. *In*: HIRATA, Helena [et al] (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

MELCHIONNA, F. As mulheres não querem ser laranjas do partido de Bolsonaro. **Sul 21**. 18 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/colunas/fernanda-melchionna/2019/02/as-mulheres-nao-querem-ser-laranjas-do-partido-de-bolsonaro/>>. Acesso em 01 mai. 2019.

MENDES, G. L. Não humilha: Bolsonaro comenta postagem machista comparando Michele com esposa de Macrón. **Revista Fórum**. 12 ago. 2019. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/nao-humilha-bolsonaro-comenta-postagem-machista-comparando-michele-com-esposa-de-macron/>>. Acesso em: 19 set. 2019.

MIGUEL, L. F. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 253, 2001.

_____. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, 2003.

MINAYO, M. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MÜLLER, A. Mulheres na política: deputadas eleitas pelo RS comentam cenário nacional. **Rádio Guaíba**. 09 dez. 2018. Disponível em: <<https://guaiba.com.br/2018/10/09/mulheres-na-politica-deputadas-eleitas-pelo-rs-comentam-cenario-nacional/#>> Acesso em: 01 mai. 2019.

NUNES, S. A. Histeria e psiquiatria no Brasil da Primeira República. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 17, n. 2, p. 373-389, 2010.

ONU. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. Pequim, 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2019.

OPAS/OMS BRASIL. Aleitamento materno nos primeiros anos de vida salvaria mais de 820 mil crianças menores de cinco anos em todo o mundo. 01 ago. 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5729:aleitamento-materno-nos-primeiros-anos-de-vida-salvaria-mais-de-820-mil-criancas-menores-de-cinco-anos-em-todo-o-mundo&Itemid=820>. Acesso em: 25 set. 2019.

PINHEIRO, L.; ACAYABA, C. São Paulo teve cerca de 60 candidatas 'laranja' nas eleições de 2018, apontam MP e MP. **G1**. São Paulo, 21 fev. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/02/21/sao-paulo-teve-cerca-de-60-candidatas-laranja-nas-eleicoes-de-2018-apontam-mp-e-mpf.ghtml>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

PITKIN, H. F. **The concept of representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.

_____. Representação: palavras, instituições e idéias. **Lua Nova**, v. 67, p. 15-47, 2006.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, 2008.

REVISTA ISTOÉ. Uma presidente fora de si. 01 abr. 2016. Disponível em: <https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/>. Acesso em: 19 set. 2019.

RIBEIRO, J. U. Política e administração. **Organizações & Sociedade**, v. 13, n. 37, p. 164-193, 2006.

RIOT-SARCEY, M. Poder(es). *In*: HIRATA, Helena [et al] (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

SHALDERS, A. Direita ou esquerda? Análise de votações indica posição de partidos brasileiros no espectro ideológico. **BBC**. 11 set. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41058120>>. Acesso em: 28 set. 2019.

SCHUMAHER, S.; CEVA, A. **Mulheres no poder**: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SCORSE, C. Os projetos conservadores que são ameaças reais às mulheres em 2019. **Carta Capital**. 08 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/os-projetos-conservadores-que-sao-ameacas-reais-as-mulheres/>>. Acesso em: 28 set. 2019.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995

_____. História das mulheres. *In*: BURKE, P. (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 11-27, 1994.

SENADO FEDERAL. **Mulheres na política**. Brasília: Procuradoria Especial da Mulher, 2015.

_____. **Mais mulheres na Política**. Brasília: Procuradoria Especial da Mulher, 2^a ed, 2015.

_____. + **Mulheres na Política**: retrato da sub-representação feminina no poder. Brasília: Procuradoria Especial da Mulher, 2016.

SOUZA, R. Artigo: Marielle Franco é vítima de feminicídio político. **O Globo**. 13 set. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigo-marielle-franco-vitima-de-femicidio-politico-23944614?versao=amp>>. Acesso em 22 set. 2019.

SUL 21. Vereadores discutem na Câmara de Porto Alegre por causa de camiseta com estampa de Malcolm X. Porto Alegre, 16 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2017/04/vereadores-discutem-na-camara-de-porto-alegre-por-cao-de-camiseta-com-estampa-de-malcom-x/>>. Acesso em: 18 set. 2019.

URBINATI, N. O que torna a representação democrática. **Lua Nova**, v. 67, n. 7, p. 191-228, 2006.

VAZ, G. A. **A participação da mulher na política brasileira**: a lei de cotas. 2008. Monografia - Curso de Especialização em Processo Legislativo da Câmara dos Deputados, Brasília, 2008.

VIVAS, F.; CALGARO, F.; GARDIN, F. Nova Câmara dos Deputados tem o maior número de novatos e de mulheres em três décadas. **TV Globo e G1**. Brasília e Rio de

Janeiro, 01 fev. 2019. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/01/nova-camara-dos-deputados-tem-o-maior-numero-de-novatos-e-de-mulheres-em-tres-decadas.ghtml>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, n. 67, p. 139-190, 2006.

APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Comente um pouco sobre a sua trajetória profissional.
2. O que motivou a sua escolha para inserção na carreira política?
3. Quais aspectos facilitaram a sua inserção na política?
4. E os aspectos que dificultaram?
5. Como você lida com os múltiplos papéis que você desempenha (mulher, política, mãe, mulher de cor, etc)?
6. Você já abriu mão de algo na sua vida pela sua carreira?
7. Você acredita que sofre ou já sofreu algum preconceito? Qual?
8. Você sente que já sofreu algum tipo de violência por ser mulher? Se sim, como?
9. Você sente que o seu trabalho afeta a sua vida particular? Se sim, de qual maneira?
10. Como você percebe a sua imagem pública? Você já se sentiu prejudicada/lesionada?
11. Como você percebe a representatividade na política, enquanto mulher?
12. Na sua opinião, qual a importância dos programas de incentivo às candidaturas?
13. Quais são as entraves que você observa para inserção das mulheres na política?
14. Você identifica outras alternativas para mudança das desigualdades no campo da política?
15. Você percebe diferenças na agenda política na comparação entre homens e mulheres?
16. Como você vê o futuro da mulher na política?
17. Você poderia fazer uma breve análise da conjuntura brasileira?
18. Gostaria de comentar algo que eu não tenha lhe perguntado?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, _____, concordo em participar, como voluntária, do estudo, onde os dados coletados servirão de base para a realização do trabalho de conclusão de curso de graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul da pesquisadora Débora Freitas Chavaré. O objetivo deste estudo é compreender as relações de poder que perpassam a trajetória das mulheres na política. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e, após, transcrita. Estou de acordo que a finalidade deste estudo é exclusivamente acadêmica. Posso esclarecer quaisquer dúvidas que surgirem, assim como ter conhecimento dos resultados dessa pesquisa através do contato da pesquisadora (e-mail: debora.chavare@gmail.com).

Assinatura da entrevistada

Assinatura da pesquisadora

Porto Alegre, ____ de _____ de 2019.